

Março tem a maior inflação em 28 anos e carestia se agrava



“A hora é de grandeza política e união”, afirma Alckmin ao selar chapa com Lula

O PSB oficializou, na manhã da sexta-feira (8), a indicação do nome do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, como vice-presidente na chapa de Lula (PT) nas eleições presidenciais de 2022. Lula destacou que “esta unidade não é só para ganhar a eleição. É para recuperar esse país”. O encontro reuniu ainda o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, e a presidente do PT, Gleisi Hoffman. **Pág. 3**

Paquistão repudia golpe estimulado pelos EUA contra o premier Imran

Milhares de manifestantes, por todo o Paquistão, foram às ruas dia 10 repudiar a deposição do primeiro-ministro Imran Khan, ocorrida na véspera em votação no parlamento, denunciada como uma “operação de mudança de regime” sob ordens dos EUA. **Página 6**



“Míssil que atingiu estação de trem é ucraniano”, afirma Rússia com fotos

Kiev responsabilizou de imediato “dois mísseis russos Iskander” pela matança. Após fotos dos restos do míssil Tochka-U nas imediações da estação de Kromatorsk, passou a admitir que se tratava desses mísseis, mas que seriam russos. O Ministério da Defesa russo declarou que os Tochka-U foram descartados desde 2019 e “são usados atualmente apenas pelas forças armadas ucranianas”. **Pág. 7**

HORA DO POVO

ANO XXXII - Nº 3.851 13 a 19 de Abril de 2022





1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Com arrocho salarial e desemprego, fome e miséria batem recorde

Impulsionada pelo mega-aumento nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, promovidos com aval do governo Bolsonaro, a inflação oficial do país, que é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), avançou para 1,62% em março – a maior variação em 28 anos para o mês de março, segundo o IBGE. Em doze meses, o IPCA chegou a 11,30%. Acumulam altas no período: diesel (46,47%) gasolina (27,48%), etanol (24,59%), gás de botijão (29,56%), gás encanado (33,37%) e gás veicular (45,54%). **Página 2**

FNDE: Governo manipula verbas e engana prefeitos com escola fake



Manifestações ocorreram em diversas capitais. Em São Paulo o ato se concentrou na Praça da República

Ato ‘Bolsonaro Nunca mais’ em SP denuncia a alta dos preços

Com o lema “Bolsonaro Nunca Mais”, manifestantes protestaram em diversas capitais no sábado (9). Os atos foram convocados pela Campanha Fora Bolsonaro, composta por movimentos populares, sociais e sindicatos e tem como reivindicações centrais o combate ao desemprego e a carestia, provocada pelo aumento no preço dos alimentos, dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, condenando uma parcela cada vez mais expressiva do povo brasileiro à fome. De acordo com os organizadores, os atos ocorreram em mais de 70 cidades brasileiras durante o dia. Em São Paulo o ato se concentrou na Praça da República, centro histórico da capital, e seguiu em caminhada em direção à Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco. **Página 5**

Não é por acaso que o Planalto montou uma verdadeira operação de guerra para impedir a instalação da CPI do MEC. O áudio vazado do ministro creditando tudo ao “chefe” e o escândalo com os pastores propineiros, era só a ponta do iceberg de um esquema criminoso mais amplo montado por Bolsonaro & Cia para assaltar os cofres do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). Verbas insuficientes vão para “escolas novas”, enquanto falta dinheiro para completar as 3,5 mil escolas inacabadas que existem no país. **Pág. 3**

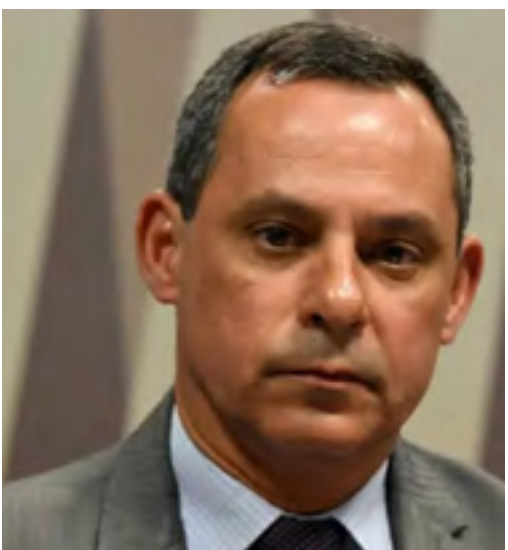
Cai a renda dos brasileiros ao menor nível em dez anos

A renda dos brasileiros que vivem nas regiões metropolitanas caiu para menor valor dos últimos dez anos, registrando média de R\$ 1.378 no último trimestre de 2021, segundo Boletim Desigualdade nas Metrópoles. “Está todo mundo mais pobre”, diz Andre Salata, pesquisador da PUC-RS e coordenador do estudo. **Página 2**

Pastor de Jair que exigia propina no MEC foge de se explicar ao Senado

Fuga do propineiro alimenta movimento pela CPI. Presidente do FNDE jogou a culpa da roubalheira nos vendilhões do MEC recrutados pelo Planalto. O pastor Gilmar Santos, indicado por Jair Bolsonaro para atuar no Ministério da Educação cobrando propina de prefeitos para liberar verbas para suas cidades, informou que não vai ao Senado explicar a mutreta. **Página 3**

Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado



Ferreira Coelho, indicado para presidir estatal Jair Bolsonaro muda direção da Petrobrás pela terceira vez para manter preço atrelado ao dólar

O governo Bolsonaro indicou José Mauro Ferreira Coelho, presidente do Conselho de Administração da Pré-Sal Petróleo (PPSA), para presidir a Petrobrás. O novo nome indicado por Bolsonaro não significa mudança na desastrosa política na estatal que descambou no descontrole e dos preços dos combustíveis no Brasil.

De acordo com Ferreira Coelho, “temos que ter os preços no mercado doméstico relacionados aos preços de paridade de importação. Se assim não fosse, não teríamos nenhum agente econômico com aptidão, ou com vontade de trazer derivados para o país. E teríamos risco de desabastecimento”. A declaração de Coelho, então secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME), ocorreu em outubro do ano passado, em entrevista à TV Brasil, pouco antes de pedir demissão do cargo, “para assumir novos desafios na iniciativa privada”, segundo o ministério na ocasião.

Segundo o Poder 360, Ferreira Coelho estava para ser contratado pela Copagaz, que abocanhou a Liquigás na privatização por Bolsonaro da então distribuidora de botijões de gás da Petrobrás. Na mídia, circulou o rumor de que José Mauro Coelho já estaria prestando serviços para a empresa privada.

Com a disparada nos preços dos derivados de petróleo, atrelados ao dólar, a carestia e sob ameaça de nova greve dos caminhoneiros, que cobravam a promessa de redução no preço do diesel, Bolsonaro resolveu encenar indignação contra o aumento dos preços. Culpou os governadores, o ICMS, a Petrobrás, e mudou o presidente da estatal. Tirou Castello Branco, tirou Silva e Luna, mas não mexeu na política de preços que atrela os derivados do petróleo ao barril no mercado internacional e ao dólar, penalizando os consumidores brasileiros.

Márcio Andrade Weber, atual membro do conselho da Petrobrás, foi indicado para presidir o Conselho de Administração da estatal. No currículo do ex-funcionário de carreira da Petrobrás, consta que Weber presta assessoria ao grupo Project Management Institute (PMI), que opera quatro plataformas de perfuração para águas profundas e que têm, entre os clientes, a Shell e a ENI. Antes disso, Weber foi diretor da Petro-serv, uma empresa que atuou na área de exploração e produção prestando serviços como navegação de apoio e sondas de perfuração para águas profundas.

Com a indicação desses nomes, o chamado “mercado” prevê que não haverá mudança na política de preços da Petrobrás. Segundo o analista de petróleo e gás da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman, a definição do governo dos nomes indicados deve reduzir as dúvidas que afetavam o desempenho das ações da companhia nos últimos dias. O que significa que os donos do petróleo, o povo brasileiro continuará pagando preços absurdos pelos derivados enquanto os acionistas, na maioria estrangeiros, continuarão recebendo bilhões em dividendos.

LOBISTA DO CARTEL

As indicações de Coelho e Weber ocorrem após o fracasso do governo de tentar emplacar os nomes do lobista de multinacionais do setor de petróleo e gás, Adriano Pires, para presidir a Petrobrás, e do atual presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, para a chefia do conselho da estatal. Ambos desistiram de seus cargos na estatal, após pressão da sociedade pelas denúncias envolvendo os dois.

O lobista Adriano Pires desistiu de assumir o cargo após denúncias de “conflito de interesses” ao favorecer o cartel do petróleo através de empresa que preside CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), como a multinacional Chevron, e não abrir sua lista de clientes, conforme exigência do Ministério Público do Tribunal de Contas da União.

Pires tem ligação com Carlos Suarez, um dos principais beneficiados na medida provisória sobre a privatização da Eletrobrás. Pires teria trabalhado ativamente, e com êxito, para defender os interesses de Suarez no texto da MP sobre a estatal do setor elétrico.

Foto: Agência Brasil



Aumento foi generalizado e impulsionado pela alta dos combustíveis pelo governo

Foto: Thomaz Silva/Agência Brasil



“A sociedade está mais empobrecida, com uma renda média bem mais baixa” Desde que o “mito” assumiu, renda desaba ao menor nível em 10 anos

Renda caiu a R\$ 1.378 nas regiões metropolitanas, aponta pesquisa

A renda dos brasileiros que vivem nas regiões metropolitanas caiu para menor valor dos últimos dez anos, registrando média de R\$ 1.378 no último trimestre de 2021. Embora as pesquisas oficiais apontem para o aumento da ocupação, os altos níveis de informalidade e a inflação tiveram como consequência o empobrecimento da população de todas as classes sociais.

Os dados são do boletim Desigualdade nas Metrópoles, produzido em conjunto por pesquisadores da PUC-RS, do Observatório das Metrópoles e da Rede de Observatórios da Dívida Social da América Latina. O boletim se baseia nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad-Contínua), do IBGE.

A renda média nas regiões metropolitanas do país foi a mais baixa da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Ou seja, os brasileiros estão vivendo com a menor renda do trabalho dos últimos dez anos, pelo menos. Quando comparado com os patamares pré-pandemia, o estudo observou que a renda domiciliar ficou, no final de 2021, 10,2% menor que os níveis de 2020.

A renda média é calculada a partir da soma de todos os rendimentos provenientes do trabalho, incluindo o setor informal, dividida pelo número de moradores por domicílio nas regiões metropolitanas, com preços deflacionados até o 4º trimestre do ano passado.

Entre as metrópoles, as situadas nos estados do Norte e Nordeste registram as menores rendas. Os valores mais baixos foram registrados na

Grande São Luís (R\$ 739,93), Manaus (R\$ 824,94) e Recife (R\$ 831,66), enquanto que os maiores foram no Distrito Federal (R\$ 2.022,91), Florianópolis (R\$ 1.895,68) e São Paulo (R\$ 1.679,80).

Também avaliada no boletim, os índices de desigualdade – medido através do coeficiente de Gini – recuou para 0,602 em média nas metrópoles, o mesmo patamar do primeiro trimestre de 2020. O coeficiente varia de 0 até 1, sendo mais alta quanto maior for a desigualdade.

“Estamos chegando a um nível de desigualdade que é similar aquele anterior à pandemia, mas numa sociedade mais empobrecida, com uma renda média bem mais baixa. Está todo mundo mais pobre”, resume Andre Salata, pesquisador da PUC-RS e coordenador do estudo.

O recuo da renda e do poder de compra, por conta da inflação acima dos 10%, foi generalizado – mas os mais pobres são sempre os mais prejudicados.

No 4º trimestre de 2021, 23,6% dos moradores das metrópoles ainda viviam em domicílios cuja renda média per capita do trabalho era de até um quarto de um salário-mínimo. No auge da pandemia esse percentual chegou a 29,7%.

“É importante deixar claro que é um processo de recuperação que está lento e ainda não chegou no patamar pré-pandemia. Estamos falando de milhares de famílias cujos rendimentos do trabalho já eram insuficientes e que estão há dois anos enfrentando uma situação de perda de renda”,

destaca Salata.

As classes médias, classificadas no estudo como “mais riscos” também estão perdendo renda nesse processo. No 4º trimestre de 2021, o rendimento médio dos mais pobres se situou 8,9% abaixo do patamar pré-pandemia, enquanto que o do topo da pirâmide passou a registrar uma perda de 12,8% em relação ao valor do primeiro trimestre de 2020.

“Com a vacinação e a possibilidade da retomada da atividade econômica, a renda dos mais pobres, que tinha despencado e ido parar no fundo do poço, começa a se recuperar, ainda que lentamente. Enquanto isso, a renda dos mais ricos começa a ter uma queda mais clara”, afirma Salata.

“Em boa medida, o que explica essa perda do poder de compra entre os mais ricos no último trimestre é a inflação”, afirma o pesquisador da PUC-RS, destacando que em termos nominais (sem considerar a inflação) a queda anual do rendimento médio dos 10% do topo foi de apenas -0,94%, contra -8,05 em valores deflacionados.

“A possibilidade de aumento da renda, principalmente nos segmentos mais pobres, depende de uma retomada da economia, que não aconteceu. Sem um processo efetivo de recuperação da atividade, dificilmente vamos ter uma economia capaz de gerar emprego e distribuir renda, e remuneração suficiente para aumentar o nível de renda das pessoas em geral”, diz Maurício Ribeiro, também autor do estudo.

Cesta básica consome cerca de 60% do mínimo

Em março, o valor do conjunto dos alimentos básicos aumentou em todas as 17 capitais onde o DIEESE (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.

Aumentaram o preço do feijão, do óleo de soja, do pão francês, da farinha de mandioca e da farinha de trigo em todas as cidades. Subiram os preços, na maioria delas, do leite integral, do açúcar, do tomate e da manteiga.

As cestas mais caras em março

foram encontradas na cidade de São Paulo (R\$ 761,19), seguida pelo Rio de Janeiro, Florianópolis (R\$ 745,47) e Porto Alegre (R\$ 734,28).

No Norte e Nordeste, onde a composição da cesta é diferente das demais capitais, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 524,99), Salvador (R\$ 560,39) e Recife (R\$ 561,57).

A comparação do valor da cesta em 12 meses, ou seja, entre março de 2022 e março de 2021, mostrou que todas as capitais tiveram alta de preços, com variações que osci-

laram entre 11,99%, em Aracaju, a 29,44%, em Campo Grande.

“Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto de 7,5% referente à Previdência Social, verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu em média, em março de 2022, 58,57% do rendimento para adquirir os produtos da cesta, mais do que em fevereiro, quando o percentual foi de 56,11%. Em março de 2021, quando o salário mínimo era de R\$ 1.100,00, o percentual ficou em 53,71%”, aponta o Dieese.

Inflação acelera com aumento dos combustíveis e vai a 11,30%

IPCA de 1,62% em março é a o maior índice em 28 anos para o mês. Acumulam altas em 12 meses: óleo diesel (46,47%) gasolina (27,48%), etanol (24,59%), gás de botijão de cozinha (29,56%), gás encanado (33,37%) e gás veicular (45,54%)

Impulsionado pelo mega-aumento nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, promovidos com aval do governo Bolsonaro, a inflação oficial do país, que é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), avançou para 1,62% em março – a maior variação em 28 anos para o mês de março, segundo divulgou nesta sexta-feira (8) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 12 meses, o IPCA fechou em alta de 11,30%.

De acordo com o IBGE, oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em março. Destaques para Transportes (alta de 3,02%) e Alimentação e bebidas (alta de 2,42%). “Juntos, os dois grupos contribuíram com cerca de 72% do IPCA de março”, destacou o instituto.

No caso do grupo dos transportes, a alta foi puxada, principalmente, pelo aumento nos preços dos combustíveis (alta de 6,70%), com destaque para gasolina (alta de 6,95%).

“Tivemos um reajuste de 18,77% no preço médio da gasolina vendida pela Petrobrás para as distribuidoras, no dia 11 de março. Houve também altas nos preços do gás veicular (5,29%), do etanol (3,02%) e do óleo diesel (13,65%).

Além dos combustíveis, outros componentes ajudam a explicar a alta nesse grupo, como o transporte por aplicativo (7,98%) e o conserto de automóvel (1,47%). Nos transportes públicos, tivemos também reajustes nas passagens dos ônibus urbanos em Curitiba, São Luís, Recife e Belém”, disse o gerente do IPCA, Pedro Kislánov.

Em 12 meses, os preços dos combustíveis acumulam alta de 27,89%, superando a inflação oficial:

- Óleo diesel (46,47%)
- Gasolina (27,48%)
- Etanol (24,59%)
- Gás de cozinha (29,56%)
- Gás encanado (33,37%)
- Gás veicular (45,54%)

AUMENTO DISSEMINADO NOS PREÇOS

No grupo dos alimentos e bebidas, os preços dos alimentos para consumo no domicílio fecharam em alta de 3,09% no mês. A maior contribuição foi da cenoura (alta de 31,47%) e do tomate (alta de 27,22%).

Após aumentar 16,6% o botijão de gás de cozinha, Planalto faz encenação com redução de 5%

Jair Bolsonaro está com medo do cartão vermelho que deverá receber do povo brasileiro em outubro pelo desastre que foi o seu governo. A inflação disparou, o desemprego está nas alturas e a fome está batendo à porta dos brasileiros. Ao invés de governar o país, de resolver os problemas, de tentar melhorar a vida do povo, ele só faz demagogia.

Como agora, por exemplo, com o anúncio de uma redução de 5% no preço do gás de cozinha. Ele reduz essa tática no preço depois de aumentar o gás em 16,6% há duas semanas. Ou seja, o aumento foi muito maior que essa pequena redução. Em alguns lugares o botijão de gás está sendo vendido a R\$ 130. E a população, sem dinheiro, está voltando ao velho fogão à lenha.

Em doze meses, o IPCA de março atingiu 11,30%. Acumulam altas no período: óleo diesel (46,47%) gasolina (27,48%), etanol (24,59%), gás de botijão de cozinha (29,56%), gás encanado (33,37%) e gás veicular (45,54%). O IBGE destacou que no mês de março puxaram os aumentos o setor de transportes (alta de 3,02%) e alimentação e bebidas (alta de 2,42%). “Juntos, os dois grupos contribuíram com cerca de 72% do IPCA de março”, destacou o instituto.

Não se vê Bolsonaro reunido no Palácio, discutindo os problemas da população. Foi assim durante toda a pandemia. Vive passeando e fazendo politicagem ao invés de

Também subiram os preços do leite longa vida (9,34%), do óleo de soja (8,99%), das frutas (6,39%) e do pão francês (2,97%).

“Foi uma alta disseminada nos preços. Vários alimentos sofreram uma pressão inflacionária. Isso aconteceu por questões específicas de cada alimento, principalmente fatores climáticos, mas também está relacionado ao custo do frete. O aumento nos preços dos combustíveis acaba refletindo em outros produtos da economia, entre eles, os alimentos”, destacou Pedro Kislánov.

Veja abaixo alguns itens do grupo de alimentos e bebidas que acumulam em 12 meses altas superiores a da inflação oficial no mesmo intervalo de meses:

- Cenoura (166,17%)
- Tomates (94,55%)
- Pimentão (80,44%)
- Tubérculos, raízes e legumes (55,90%)
- Café moído (64,66%)
- Hortaliças/verduras (33,29%)
- Batata inglesa (27,15%)
- Óleo de soja (23,75%)
- Aves e ovos (18,88%)
- Farinha de trigo (18,02%)
- Leite longa vida (14,53%)
- Frutas (alta de 14,48%)

GÁS E ENERGIA PUXAM ALTA DO GRUPO HABITAÇÃO

O grupo habitação apresentou alta de 1,15% por conta do gás de botijão (6,57%), cujos preços subiram devido ao reajuste de 16,06% no preço médio de venda para as distribuidoras, em março. A alta de 1,08% da energia elétrica também contribuiu para o resultado do grupo, principalmente por causa dos reajustes de 15,58% e 17,30% nas tarifas de duas concessionárias de energia no Rio de Janeiro.

Em 12 meses, a energia elétrica acumula alta de 28,52% – resultado puxado pela bandeira tarifária “escassez hídrica”, criada pelo governo Bolsonaro, que acrescenta R\$ 14,20 na conta de luz a cada 100 kWh consumidos.

Em março, ainda, também houve aceleração nos preços dos grupos vestuário (alta de 1,82%) e saúde e cuidados pessoais (alta de 0,88%). O único com queda foi comunicação, com queda 0,05%. Os demais ficaram entre o 0,15% de educação e o 0,59% de despesas pessoais.

A inflação este mês foi a maior desde 1994. Já está passando de 11%. Os salários estão comprando cada vez menos produtos. A renda do trabalhador caiu 9,7% em março deste ano, segundo o IBGE. E não adianta tentar desconversar. Segundo pesquisa recente do instituto Datafolha, 75% dos brasileiros responsabilizam o governo Bolsonaro pela alta dos preços e da inflação.

E, mesmo diante de toda essa crise, Bolsonaro não faz nada. Aliás, faz sim. Corta direitos sociais e mantém os salários arrochados e quer vender o Brasil. Seu ministro acaba de dizer que aumentos de salários, se vierem, vão destruir a economia do país. O que destrói o país não são salários. O que destrói o país são as propinas cobradas pelos pastores de Bolsonaro no Ministério da Educação. E o roubo na compra das vacinas e o superfaturamento na compra de ônibus escolares. Isso sim é como um cupim a corroer a paciência dos brasileiros.

Leia mais no site do HP: <https://horadopovo.com.br/apos-aumentar-166-o-gas-de-cozinha-bolsonaro-faz-encenacao-com-queda-de-5/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio,67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

E-mail: horadopovo@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
E-mail: horadopovo@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Siqueira, Alckmin, Lula e Gleisi após a reunião

‘Hora é de grandeza política e união’, afirmou Alckmin, ao selar a chapa com Lula

O PSB oficializou, na manhã da sexta-feira (8), a indicação do nome do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, como vice-presidente na chapa de Lula (PT) nas eleições presidenciais de 2022. A reunião ocorreu em um hotel da zona sul de São Paulo. Uma carta, assinada pelo presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, e endereçada a Lula e à presidente do PT, Gleisi Hoffmann, oficializou a indicação.

Estavam presentes no encontro, além de Geraldo Alckmin e Lula, Gleisi Hoffmann, presidente do PT, o presidente do PSB, Carlos Siqueira, Paulo Câmara, governador de Pernambuco, o senador do PT, Paulo Rocha, o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes, João Campos (PSB), prefeito de Recife, Márcio França (PSB), ex-governador de São Paulo, Danilo Cabral, pré-candidato do PSB ao governo de Pernambuco, os deputados Alessandro Molon, Paulo Teixeira e José Guimarães. Aloizio Mercadante, presidente da Fundação Perdue Abramo, e Jilmar Tatto, ambos do PT, também participaram.

Em seu discurso, Geraldo Alckmin pregou “esperança, entusiasmo e amor”. Ele chamou a atenção para a gravidade do momento e destacou que a situação exige grandeza política. “Aqui foi bem explicitado o momento grave que nós estamos vivendo, na realidade não é hora de terrorismo, é hora de generosidade, grandeza política, desprendimento e união. Política não é uma área de solitária, a força da política é centrípeta, nós vamos somar esforços aí pra reconstrução do nosso país”, disse o ex-governador.

Alckmin se filiou em 23 de março ao PSB. No primeiro discurso após a filiação, o ex-governador de São Paulo defendeu o apoio do partido à candidatura de Lula e disse que o petista é, hoje, “aquele que melhor reflete o sentimento de esperança do povo brasileiro”. A última vez que Lula e Alckmin estiveram juntos num evento público foi no final de 2021, em jantar organizado por grupo de advogados em São Paulo.

Em seguida à manifestação de Alckmin, Lula reforçou a importância da união e disse que a reconstrução do país será uma tarefa árdua. Ele destacou o papel do PSB na elaboração de um programa de reconstrução nacional. “Importante saber que essa chapa, se ela for formalizada, não é só para disputar as eleições. Talvez ganhar as eleições seja mais fácil do que a tarefa de termos pela frente de recuperar esse país”, afirmou o pré-candidato da federação de partidos coligados ao PSB e PSOL.

Lula se dirigiu à militância do PSB e reafirmou a importância da unidade num momento como este que o Brasil atravessa. “Nossa relação é histórica, e nós conseguimos demonstrar às forças políticas do Brasil que é plenamente possível duas forças que têm projetos diferentes, que têm princípios iguais, podem se juntar no momento em que o interesse é do povo brasileiro. Fica minha gratidão ao PSB”, afirmou Lula.

“Vamos conversar com toda a sociedade brasileira, com grandes, médios e pequenos empresários e vamos conversar muito com o povo trabalhador. Vamos tratar com o mesmo respeito o catador de papel e o empresário. Vamos tratar com o mesmo respeito o trabalhador sem-terra e um grande fazendeiro. Queremos governar esse Brasil para todos, e nosso coração estará voltado para as pessoas que mais necessitam”, prosseguiu o presidencialista.

Lula falou da necessidade de esclarecer a sociedade. “Isso significa a gente tentar esclarecer a opinião pública de uma coisa que muita gente não percebia e agora está percebendo. Feliz era este Brasil quando a polarização se dava entre PSDB e PT, entre Lula e Serra, Alckmin, entre Suplicy e Fernando Henrique Cardoso, entre Dilma e Serra”, observou. “Era uma política civilizada. Essa chapa [Lula-Alckmin], se for formalizada, não é só para ganhar as eleições”, acrescentou Lula.

‘Daqui para frente eu te chamo de companheiro Alckmin e você me chama de companheiro Lula’, disse o ex-presidente ao novo aliado. A pré-candidatura de Lula será lançada oficialmente em 30 de abril, no Anhembi, em São Paulo. Na ocasião, será apresentada a frente de partidos que apoiará o petista, composta pela federação formada por PT, PCdoB e PV, a federação que reúne PSOL e Rede, em coligação com PSB e o Solidariedade.

Governo desvia verbas e engana os prefeitos com escolas fakes



FNDE é controlado por Ciro Nogueira, escolhido por Bolsonaro para a Casa Civil

MEC: pastor íntimo de Bolsonaro foge de explicar no Senado pedido de propina

O pastor Gilmar Santos, indicado por Jair Bolsonaro para atuar no Ministério da Educação cobrando propina de prefeitos para liberar verbas para suas cidades, informou ao senador Marcelo Castro (MDB-PI), presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, que não vai comparecer à audiência para dar explicações aos senadores. A ausência fortaleceu o movimento pela instalação de uma CPI das propinas na Educação.

O pastor, de fato, não têm como explicar a roubalheira que se instalou no MEC e que foi descoberta a partir do vazamento do áudio do ministro que responsabilizou Bolsonaro pelos malfeitos. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) já está com quase tudo pronto para abrir a “CPI do MEC”.

As provas realmente são incontestáveis. O áudio é cristalino. “Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do Gilmar. Porque a minha prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar”, disse Milton Ribeiro na conversa gravada.

O ex-ministro Milton Ribeiro diz a seus auxiliares que Jair Bolsonaro pediu a ele que abrisse todos os espaços no ministério e atendesse aos pedidos de dois pastores de sua

confiança, Gilmar Santos e Arilton Moura. Os dois foram vistos em diversas reuniões de trabalho no órgão junto com o ministro, sem serem funcionários do governo.

O PRESIDENTE
Em seu depoimento à Polícia Federal na quinta-feira (31), o ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, confirmou que Jair Bolsonaro lhe pediu para receber um dos pastores acusados de pedir propina para intermediar a liberação de verbas do Ministério da Educação (MEC) para os prefeitos. “O presidente Jair Bolsonaro realmente pediu para que o pastor Gilmar fosse recebido, porém isso não quer dizer que o mesmo gozasse de tratamento diferenciado ou privilegiado na gestão do FNDE (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação) ou MEC”, disse Ribeiro.

Até aí, o escândalo era a formação de mais um “gabinete paralelo”, por ordem de Bolsonaro, assim como tinha ocorrido no Ministério da Saúde durante o auge da pandemia. O problema é que os pastores passaram a mandar e desmandar nas verbas do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). A decisão sobre a liberação do dinheiro para os municípios passou a ser dos dois pastores. Uma ilegalidade escrachada.

No entanto, o problema não era só esse. Os dois pastores de confiança e da intimidade

de Jair Bolsonaro foram denunciados por estarem exigindo propina dos prefeitos para liberar as verbas. As denúncias foram feitas pelos próprios prefeitos. Ele contaram detalhes dos pedidos de propina e relataram que ao não aceitar pagar as propinas seus municípios foram impedidos de receber as verbas a que tinham direito.

PREFEITOS
Foram dez os prefeitos que falaram sobre a presença dos pastores nas reuniões. Três deles fizeram a denúncia formalmente e já compareceram ao Senado. O prefeito de Luís Domingues (MA), Gilberto Gilmar, relatou que o pastor Arilton pediu um quilo de ouro (que vale mais de R\$ 300 mil) para que o dinheiro da Educação chegasse ao seu município. “Como a minha região é de mineração, ele pediu o pagamento em ouro”, explicou o prefeito.

“Então, o negócio estava tão normal lá que ele não pediu segredo, ele falou no meio de todo mundo. Inclusive tinha outros prefeitos do Pará. Ele disse: ‘Olha, para esse daqui eu já mandei tantos milhões’. Os prefeitos ficavam todos calados, não diziam nem que sim, nem que não”, continuou Braga. “E assim mesmo eu permaneci calado. Também não aceitei a proposta. Deixamos as demandas na mão dele e ele deu a conta pra gente. Os que transferissem os R\$ 15 mil, ele ia protocolar”, concluiu.

Em áudio, irmã de Adriano diz que Planalto ofereceu cargo pela morte do miliciano

Começam a vir à tona os reais motivos que levaram à morte

do ex-capitão do Bope e depois chefe da milícia do Rio das Pedras e do Escritório do Crime, Adriano da Nóbrega. Sua mãe, Raimunda Veras Magalhães e sua ex-mulher, Danielle Mendonça da Costa da Nóbrega, eram funcionárias fantasmas do gabinete do então deputado Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) num esquema de lavagem de dinheiro que, segundo o MP-RJ, envolvia a milícia.

A mãe de Adriano foi orientada por Fabrício Queiroz, assessor de Flávio, a fugir da cidade assim que o escândalo da rachadinha estourou em 2018. Ela foi se esconder no interior de Minas Gerais para não depor no Ministério Público do Rio. Lá ela recebeu a visita de um emissário de Queiroz e de seu advogado Frederick Wassef. Nessa

época, Adriano ainda estava foragido.

Esta visita se deu dois meses antes de Adriano morrer numa operação de captura da polícia na Bahia. Adriano recebeu uma proposta feita por Luis Gustavo Boto Maia, advogado de Flávio Bolsonaro, e pela mulher de Fabrício Queiroz, Márcia Oliveira de Aguiar. Os dois foram orientados por Frederick Wassef, o “Anjo”, e Fabrício Queiroz antes de se reunirem com a mãe de Adriano, Raimunda Veras Magalhães em seu esconderijo no interior de Minas Gerais.

Os promotores nunca localizaram a mãe de Adriano porque ela se escondeu em Minas Gerais e recebia orientações jurídicas de Queiroz e de Luis Gustavo Boto Maia.

Uma escuta telefônica feita pela Polícia Civil do Rio de Janeiro há dois anos, e tornada pública agora, mostra Daniela, uma irmã do

ex-policia militar e criminoso profissional, acusando o Palácio do Planalto de oferecer cargos comissionados em troca da morte do ex-capitão.

A conversa é com uma tia de Adriano e dela dois dias após a morte do miliciano. Ela disse que ele soube dele que houve uma reunião envolvendo seu nome no palácio do Planalto e do desejo deles de que se tornasse um “arquivo morto”.

“Ele já sabia da ordem que saiu para que ele fosse um arquivo morto. Ele já era um arquivo morto. Já tinham dado cargos comissionados no Planalto pela vida dele, já. Fizeram uma reunião com o nome de Adriano no Planalto. Entendeu, tia? Ele já sabia disso, já. Foi um complô mesmo”, disse ela na gravação autorizada pela Justiça e divulgada pela **Folha de S. Paulo**.

Governo usa o FNDE para operar “orçamento secreto”. Verbas insuficientes vão para “escolas novas”, enquanto falta dinheiro para completar 3,5 mil escolas inacabadas que existem no país

Não é por acaso que o Planalto montou uma verdadeira operação de guerra para impedir a instalação da CPI do MEC. O áudio vazado do ministro creditando tudo ao “chefe” e o escândalo com os pastores propineiros, era só a ponta do iceberg de um esquema criminoso mais amplo montado por Bolsonaro & Cia para assaltar os cofres do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE).

SÓ DÁ PARA A PLACA
A denúncia do Estadão, deste domingo (10), de que o FNDE, controlado por Ciro Nogueira, está sendo usado pelos bolsonaristas para manipular as emendas do “orçamento secreto” e liberar verbas que seriam para a construção de novas escolas, reforça as suspeitas do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder da oposição e idealizador da CPI, de que o orçamento do fundo está sendo manipulado criminosamente pelo Planalto e sua base no Congresso Nacional.

Desta vez, a denúncia é a seguinte. Com a proximidade das eleições, o assalto ao FNDE e os golpes se intensificaram. E também, como revela a reportagem, a demagogia dos bolsonaristas. Ou seja, apesar de existirem 3,5 mil escolas inacabadas há anos, o Ministério da Educação (MEC), que acaba de protagonizar um escândalo de superfaturamento dos ônibus escolares, é pego em flagrante autorizando a farsa de construção fake de outras 2 mil escolas.

Só que as “verbas liberadas” e anunciadas com estardalhaço, não dão nem para iniciar as obras. É pura história da carochinha, típica de picaretas como Bolsonaro e seu time. Ou seja, além das propinas, há também uma enganação dos eleitores.

O fundo precisaria ter R\$ 5,9 bilhões para tocar todas as novas escolas contratadas. Com o orçamento atual, levaria 51 anos para isso. Ou seja, o que o governo está fazendo e pura propaganda enganosa. As escolas prometidas são fakes. Não serão concluídas. Bolsonaro, como se vê, não tem nenhum compromisso com o que diz.

A “contratação” de novas obras, sem recursos garantidos e sem concluir as milhares de escolas inacabadas, é típico de farsantes que não têm nenhum compromisso com a Educação e nem com o povo. Estão atrás da propina e do votos dos incautos. Especialistas são categóricos ao dizerem que, ao priorizar obras novas em detrimento das iniciais, o governo, além de mentiroso, fere leis orçamentárias.

Como diz o Estadão, as obras anunciadas “são boas para mostrar no palanque de campanha. Só que o projeto não tem recursos previstos no orçamento”. São as escolas fake. Mais uma fraude eleitoral de Bolsonaro. Ele, que não se importa com Educação e menos ainda com Cultura, vai aumentar o estoque de escolas não entregues pelo governo e esqueletos de obras inacabadas.

FNDE DISPUTADO A TAPA

Alvo de pastores indicados por Bolsonaro e da ação de políticos do centrão, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado em 1968, funciona como intermediário na relação entre estados e municípios e o MEC. Em 2022, o órgão tem um orçamento de R\$ 42 bilhões. Desse total, 4,2% são liberados diretamente pela direção do fundo, hoje controlada por Ciro Nogueira, através de um apadrinhado. Isso significa um montante de R\$ 1,8 bi sob disputa.

Ou seja, além de outras verbas do “orçamento secreto”, estimadas em R\$ 16 bilhões para este ano, o escândalo recente do FNDE revela que pastores e políticos do centrão estavam se estapeando pelos R\$ 1,8 bi que podem ser disponibilizados diretamente pelo presidente do FNDE e o ministro, seu padrinho, como eles decidirem. Assim, são eles que escolhem como, quanto, para quem e para comprar o quê o dinheiro é liberado, o que, na avaliação de especialistas, abre espaço para tráfico de influência política.

A verba em disputa é de R\$ 1,8 bilhão porque a maior parte do dinheiro do FNDE é de destinação obrigatória. Ou seja, diferentes leis regulam como, quanto e para onde vai determinada quantia cujo gasto, eventualmente, também já está definido. É o caso, por exemplo, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

O programa destina um valor pré-definido (entre R\$ 0,32 e R\$ 2, dependendo da etapa escolar) por aluno a cada dia letivo para estados e municípios comprarem de merenda.

A professora Élide Graziane Pinto, da FGV, afirmou que “alocar recursos sabidamente insuficientes para obras novas, quando há um saldo significativo de obras paralisadas, ofende a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias”. “É uma alocação gerencialmente irracional e fiscalmente irresponsável que apenas atende ao curto prazo eleitoral dos que desejam tão somente inaugurar placas”, disse Elida.

Em seu depoimento no Senado, na quinta-feira (7), o presidente do FNDE, Marcelo Ponte, apadrinhado de Ciro Nogueira, disse na Comissão de Educação da casa que a prioridade do órgão é terminar obras inacabadas. E omitiu os novos termos de compromisso. “A prioridade é executar obra inacabada?”, perguntou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). “Obra inacabada”, respondeu Pontes. Logo em seguida, o cinismo e desmascarado. Veio a público a liberação de verbas insuficientes para 2 mil novas escolas.

QUEM NÃO PAGA VA

Os membros do governo Bolsonaro se comportam exatamente como o chefe. Eles mentem em seus depoimentos. Bolsonaro disse, por exemplo, que não viu nada de errado no caso da propina da vacina Covaxin. Mesmo com todo o Brasil assistindo a CPI da Pandemia. Agora, Marcelo Ponte também mentiu em seu depoimento no Senado esta semana, dizendo que os pastores estavam pedindo propina a mando de Bolsonaro sem que ele soubesse. Ora. Mas é ele que assina a liberação da verba. Os pastores pediam a propina. Alardeavam sua proximidade com o Planalto. Quem concordava em pagá-las, recebia a verba. Quem se recusava ficava a pão e água. E quem decidia era o presidente do FNDE.

Sobre a licitação superfaturada dos ônibus escolares, que foi suspensa pelo TCU, foi a mesma coisa. Ele repetiu o que Bolsonaro disse. Que a falcatura foi descoberta por eles mesmos. Não é verdade. A direção do órgão foi alertada pelos técnicos responsáveis de que os ônibus valiam no máximo, R\$ 270,6 mil e que o governo estava se dispondo a pagar R\$ 480 mil por cada unidade. Não adiantou, Marcelo Ponte manteve a licitação. Ela só foi suspensa pelo TCU. Aí, depois do escândalo, eles alteraram os preços a pagar. Mesmo assim, o certame está embargado pelo Tribunal de Contas da União.

Como exemplo desta última farsa das escolas fake está a informação do deputado Zé Mário (MDB-GO). Ele diz aos seus seguidores, através de suas redes sociais que conseguiu R\$ 6,93 milhões para construir uma escola rural no interior do município de Morrinhos, em Goiás. “Recurso viabilizado junto ao FNDE”, escreveu, com uma foto sua em que aparece sorridente.

CRIME ORÇAMENTÁRIO

Só que, na verdade, o governo liberou apenas R\$ 30 mil e não há previsão orçamentária de que o restante do valor sairá. “Eu não tenho como iniciar uma obra desse valor”, disse o prefeito Joaquim Guilherme (PSDB). “Com esse pequeno empenho que foi feito aí?” Procurado pelo Estadão, o prefeito Zé Mário alegou que a publicação foi erro de sua assessoria.

No Paraná, o prefeito do município de Ubitatá, Fábio D’Alécio (Cidadania), recebeu autorização para construção de uma escola de R\$ 3,2 milhões. Até agora, foram empenhados, isto é, reservados, R\$ 5 mil. “Do ponto de vista global, realmente as contas parecem que não estão casando”, afirmou o prefeito ao Estadão. “Dá a impressão de que é um compromisso só político e não técnico. A expectativa minha é a de que o convênio tenha começo, meio e fim. Agora, não tenho como avaliar se isso vai, de fato, acontecer.”

O advogado e professor Helene Taveira Torres, titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo, disse que essa previsão, além da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), está presente também na Constituição Federal. “Os empenhos picados, sem créditos orçamentários, fere a Lei 4.320. É algo muito grave.” Esta é a “campanha” pela reeleição de Bolsonaro.

S.C.

Política ambiental de Bolsonaro viola Constituição, afirma ministra do STF

Marcha Indígena seguiu para o Congresso Nacional onde tramitam projetos que violam os direitos dos povos e inviabilizam a demarcação de terras indígenas

Com faixas e cantos, mais de 7 mil indígenas, de 200 povos de todas as regiões do país, marcharam na quarta-feira (6) em defesa da demarcação dos territórios e contra a agenda anti-indígena do governo Bolsonaro.

O ato fez parte da programação do 18º Acampamento Terra Livre (ATL) 2022, localizado na área externa do Complexo Cultural Funarte, no Eixo Monumental, em Brasília.

O destino final da marcha foi o Congresso Nacional, onde tramitam projetos que violam os direitos dos povos originários, como o Projeto de Lei 191/2020, que dá abertura para a exploração das terras desses povos, e o PL 490/2007, que inviabiliza, na prática, a demarcação de terras indígenas.

CARTA ABERTA

Em plenária na terça-feira, marcando o segundo dia de mobilização indígena, o Acampamento Terra Livre (ATL) lançou carta aberta contra o Projeto de Lei (PL) 191/2020, que libera o garimpo em terras habitadas pelos povos originários. O encontro levou a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI), do Congresso Nacional, para uma plateia de oito mil povos.

Durante a leitura do manifesto, a indígena Joênia Wapichana, deputada federal por Roraima, pelo Partido Rede Sustentabilidade, fala sobre a luta indígena contra qualquer tipo de exploração contra os povos originários e a garimpagem ilegal que acontece em terras (indígenas) Yanomami.

“A exploração e a cobiça do homem, tem levado a vida dos povos indígenas. Dói muito ver e ouvir notícias de crianças sendo tragadas por maquinários de garimpos; ter os povos indígenas comendo peixes contaminados com mercúrio”, denunciou a parlamentar indígena. “A gente vê a luta dos povos indígenas, que estão sofrendo com a consequência de hidrelétricas, por isso, nós não queremos ver essa história se repetir. É preciso barrar esse projeto da destruição.”. conclui a deputada.

Presentes à plenária, os deputados federais Vivi Reis (PSOL- Pará), Nilto Tatto (PT-SP), Célio Moura (PT-TO), Fernanda Melchionna (PSOL/RS), José Ricardo (PT/AM), Ivan Valente (PSOL/SP), Marcon (PT/RS), e também a ex-ministra do meio ambiente, Marina Silva, além das entidades sociais e indigenistas, também participaram da leitura da carta. Carta Aberta contra o PL 191/2020

“A floresta está viva, só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la, se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar com o calor. Davi Kopenawa: ‘A queda do céu, a palavra de um xamã Yanomami’”. O povo brasileiro tem o dever de conhecer os graves impactos econômicos, sociais e ambientais que podem decorrer da aprovação do PL número 191 de 2020; Não somente para os povos indígenas, mas para todos nós”, diz o documento.

“O PL libera a mineração nas terras indígenas, que faz parte do pacote da destruição do governo Bolsonaro; é um projeto que atropela a constituição federal e ataca mais uma vez os direitos dos povos originários do Brasil. Por essa razão, nós parlamentares e instituições parceiras da frente parlamentar mista, em defesa dos direitos dos povos indígenas, manifestamos o nosso posicionamento contra a sua aprovação; lembrando que já no dia 11 de fevereiro de 2020, uma comissão formada por representantes do congresso, da sociedade civil e lideranças indígenas entregou um pedido ao então presidente da câmara dos deputados, para que o projeto fosse devolvido ao poder executivo”, prossegue o texto. O manifesto rebate a argu-

mentação do governo Bolsonaro da urgência para aprovar o projeto por conta do conflito no Leste Europeu, envolvendo a Rússia e a Ucrânia, que prejudicou a importação de insumos para produção de fertilizantes. “Não procede a justificativa usada contra o governo Bolsonaro para pedir justificativa de urgência para esse projeto, de que a guerra na Ucrânia poderia ameaçar a agricultura brasileira, uma vez que a Rússia é uma das principais fornecedoras de fertilizantes para o Brasil. Conforme estudos realizados pelo laboratório e gestão de serviços ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cerca de 2 / 3 das reservas nacionais de potássio, principal insumo para a produção de fertilizantes, não estão na Amazônia legal e representam cerca de 98% das Terras Indígenas homologadas em nosso país”.

O documento cita também que nenhum dos grandes depósitos de potássio da região está situado nos territórios onde o PL de Bolsonaro pretende liberar a garimpagem. “Segundo a pesquisa da UFMG, as jazidas que já estão disponíveis e situadas fora de terras indígenas poderiam suprir a nossa demanda mineral por mais de 80 anos, de modo que é uma mentira a exploração em terras indígenas”, argumenta outra parte do documento.

A meta é chegar a um milhão de assinaturas e ser entregue ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com um pedido para que o PL não seja pautado. “O PL 191/2020 apresenta evidentes problemas jurídicos e de inconstitucionalidade, desconsidera tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, e afronta o próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados”, diz outro trecho da carta.

O PL do governo libera todo tipo de exploração em terras indígenas, entre elas a mineração, o garimpo, a extração de petróleo e gás, a construção de hidrelétricas, agropecuária e turismo. A proposta favorece mineradoras, madeireiras, o garimpo ilegal, o agronegócio e grandes empreendimentos, à custa de graves ataques ao meio ambiente e as comunidades que vivem no entorno.

A matéria está entre as prioridades estabelecidas pelo governo federal para aprovação no Congresso este ano. No dia 9, mesmo sob protestos de artistas, lideranças políticas e diversos representantes da sociedade civil, a Câmara dos Deputados aprovou regime de urgência para tramitação da proposta.

APROXIMAÇÃO COM DEPUTADOS

Para a fundadora do Movimento da Juventude Indígena, Txai Suruí, este é o momento de aproveitar o diálogo com os parlamentares. “O que estamos observando é que tudo que vai para a Câmara passa. É estratégica essa aproximação. Com a Câmara para ver se conseguimos segurar um pouco e com o Senado por ser o próximo passo. Geralmente, todos pensam em política com uma aversão. A gente entendeu a importância de estar nesses espaços, dialogando, até porque é de onde os ataques estão vindo”, defendeu.

A liderança indígena levantou questões trazidas pelos 16 povos do estado de Rondônia que ela conseguiu atrair para a mobilização. Como a problemática com o garimpo, que tem sido responsável pela morte de crianças da etnia Yanomami por desnutrição e mulheres do povo Munduruku não querem mais ter filhos por causa da contaminação com o mercúrio. Na opinião dela, a mudança de comportamento é comparável a um genocídio indireto.

O Acampamento Terra Livre teve início na segunda-feira (04) e prossegue até o dia 14. O objetivo da carta aberta é obter um milhão de assinaturas e que parlamentares da frente sejam os porta-vozes dos indígenas no Parlamento.



AP/Divulgação

“Exploração e cobiça do homem, tem levado a vida dos povos indígenas”

Brasil tem novo recorde de alertas de desmatamento no primeiro trimestre de 2022, revelam dados do Inpe

Os dados divulgados nesta sexta-feira (8) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que o desmatamento da Floresta Amazônica registrado no primeiro trimestre de 2022 foi o pior de toda a série histórica.

Os meses de janeiro, fevereiro e março deste ano somaram um desmatamento de 941,3 quilômetros quadrados. Os meses em questão geralmente não são os que observam os maiores índices. O resultado é 64% maior do que o mesmo período no ano passado.

Março, por sua vez, teve 312,23 km² destruídos na Amazônia. Em comparação com o mesmo mês em 2021, o desmatamento foi 15% menor. Em documentos enviados à Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil prometeu reduzir em 37% sua emissão de gases do efeito estufa até o ano de 2025.

Os especialistas afirmaram que normalmente, o período entre dezembro, janeiro, fevereiro e março acumula taxas menores de desmate já que estão dentro da estação chuvosa da maioria dos estados do bioma.

No entanto, as taxas atuais se compararam aos registros da estação seca em anos onde houve maior acúmulo contra os crimes ambientais.

Em janeiro foram 430,44 km² de área sob alerta de desmatamento, de acordo com o sistema Deter, do Inpe. A média para janeiro no período entre 2016 e 2021 é de 162 km²; a taxa atual foi 165% maior.

Em fevereiro foram 199 km² de áreas sob alerta de desmate, segundo o Inpe; a média entre 2016 e 2021 é de 135 km²; o número registrado neste ano é 47% maior.



Meses somaram desmatamento de 941,3 km²

Já em março, foram 312,2 km²; a média é de 279,3 km²; a área em 2022 é 11,8% maior. PERÍODO DEVERIA SER DE REDUÇÃO

Gabriel Lui, coordenador de Uso da Terra do Instituto Clima e Sociedade (iCS) e ex-coordenador do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), reforça que as taxas nesta época geralmente são mais baixas.

“Se você olhar os números mensais e comparar com os períodos mais secos, esse período que a gente está vivendo agora é mais baixo. Só que o mais baixo desse período que estamos vivendo agora está sendo mais alto do que o baixo dos outros anos. A gente costumava detectar muito pouco desmatamento nesta época”, diz Gabriel Lui, do iCS.

Cristiane Mazzetti, porta-voz de Amazônia do Greenpeace Brasil, lembra que a divulgação dos dados ocorre na mesma semana em que o Brasil divulgou suas novas metas

para redução das emissões de gases do efeito estufa, sendo que o desmatamento é a principal fonte de liberação do carbono no país.

“A conservação de florestas e outros ecossistemas está entre as soluções apontadas pelo IPCC para limitar o aquecimento do planeta em 1,5°C. No entanto, o Brasil, que teria plenas condições de ser uma liderança climática, passa por uma gestão federal que caminha deliberadamente na direção oposta, agindo de maneira incompatível com os avisos da ciência”, afirmou Mazzetti.

Na análise de especialistas, os compromissos assumidos pelo país vão contra a proposta do Acordo de Paris, que estipulava a inclusão de metas mais ambiciosas na revisão. Além disso, compromissos assumidos durante a COP 26 (acabar com o desmatamento ilegal antes de 2030 e redução na emissão de metano) não foram incluídos na NDC.



Vereador Gabriel Monteiro (PL)

MP denuncia vereador do partido de Bolsonaro por filmar sexo com adolescente

O vereador Gabriel Monteiro (PL) foi denunciado nesta sexta-feira (8) à Justiça pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) por ter filmado as relações sexuais que teve com uma adolescente.

No documento, o MP pede que o parlamentar seja condenado pelo crime.

A Promotoria de Justiça descreve que o vereador, “de forma livre e consciente, filiou através de telefone celular cena de sexo explícito” com uma adolescente que, na época, tinha 15 anos.

Segundo trecho da denúncia oferecida à 28ª Vara Criminal da Capital, a vítima conheceu Gabriel numa academia do condomínio onde o vereador mora.

O MP narra que os dois trocaram mensagens e que, em determinado momento, Gabriel Monteiro convidou a adolescente para ir na mansão dele, num condomínio de luxo na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio.

Também de acordo com a promotoria, passados cinco meses desde o primeiro encontro, o parlamentar usou o próprio celular para filmar a adolescente enquanto eles tinham relações sexuais.

Na última quinta-feira (7), Gabriel Monteiro foi alvo de uma operação da Polícia Civil que investiga justamente o vazamento de vídeos íntimos com uma adolescente.

O vereador estava em casa e acompanhou a operação. Armas, discos rígidos e outros itens foram apreendidos pelos policiais da 42ª DP (Recreio dos Bandeirantes).

PARTIDO DE BOLSONARO

Monteiro se filiou ao PL na semana passada. O partido é o mesmo de Jair Bolsonaro. Até então, o partido não emitiu nenhuma nota sobre a denúncia sobre o caso.

REPRESENTAÇÃO NA CÂMARA

Também nesta sexta, os vereadores que integram a Comissão de Justiça e Redação da Câmara de Vereadores do Rio aceitaram a representação contra Gabriel Monteiro.

A comissão analisou se a representação que pede a cassação de Gabriel Monteiro atendia aspectos legais, e dois dos três parlamentares votaram pela admissibilidade: Inaldo Silva e Dr Gilberto.

O próximo passo é que a representação volta para o Conselho de Ética da Casa. Na próxima terça-feira (12), às 14h30, o conselho se reúne para sortear o relator que vai ser o responsável pelo caso.

Cláudio Castro deixa 2.100 vítimas dos temporais sem auxílio aluguel em Petrópolis

O governo do Estado do Rio de Janeiro deixou 2.100 pessoas de fora do aluguel social que começa a ser pago nesta sexta-feira (8) para as famílias atingidas pelas chuvas de fevereiro em Petrópolis, na Região Serrana do Rio.

Segundo o Governo do Estado, das 2.917 pessoas que se cadastraram, apenas 817 vão receber a primeira parcela, de R\$ 1 mil.

Na chuva torrencial do dia 15 de fevereiro, quando morreram 234 pessoas, foram registrados 260 mm de chuva.

2.100 pessoas não receberão o benefício, pois segundo o governo, estão com problemas no cadastro e para receber precisam atualizar.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, essas pessoas têm até 90 dias para atualizar as informações do NIS, que é o Número de Identificação Social, vinculado ao CadÚnico. Quem ainda não for cadastrado no CadÚnico, precisa fazer o procedimento também neste prazo.

O valor do benefício é de R\$ 1 mil, sendo R\$ 800 pagos pelo Governo do Estado e R\$ 200 complementados pela Prefeitura. A operação de pagamento está sendo feita pela Caixa Econômica Federal (CEF).

O pagamento do Aluguel Social é efetuado na conta da Caixa vinculada ao cadastro da família no CadÚnico. As famílias que obedecem aos critérios do programa e estavam com os dados atualizados e conta ativa foram beneficiadas.

MORTE POR LEPTOSPIROSE

A situação de abandono da cidade fluminense após as chuvas causa grandes mazelas à população. Nesta sexta-feira (8) foi confirmada a morte de uma pessoa por leptospirose, doença transmitida pela urina de animais, além de 112 casos suspeitos de contaminação.

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, desde o início do ano dezenove casos da doença foram registrados no município. Há outros 112 casos suspeitos. As autoridades atribuem a alta às fortes chuvas que castigaram o município em fevereiro e março, com desabamentos e inundações e mais de 240 mortes.

“Temos reforçado os alertas, principalmente por conta das chuvas que atingiram a cidade nos dias 15 de fevereiro e 20 de março”, afirmou o secretário de Saúde da cidade, Marcus Curvelo. “Os sintomas podem aparecer até 30 dias depois do contato com a água e a lama das enchentes.” Em 15 de fevereiro, o temporal recorde em Petrópolis teve o maior volume de precipitação em 90 anos.

Curvelo explicou que as pessoas que tiveram esse contato e apresentarem sintomas como febre associada a dores de cabeça ou dores no corpo devem procurar imediatamente uma unidade de saúde.

Com as chuvas fortes registradas em outras regiões do Estado, como Paraty e Angra dos Reis, na Costa Verde, nos últimos dias, a Secretaria Estadual de Saúde também fez alerta para o risco de surgimento de novos casos da doença.

Estudante denuncia racismo em colégio vinculado à PM na Bahia: “Mandou alisar os meus cabelos”

Uma aluna de um colégio militar de São Sebastião do Passé, na Região Metropolitana de Salvador relatou ter sido impedida de entrar na escola por causa dos cabelos crespos. O funcionário que barrou o acesso é inspetor da unidade.

O caso aconteceu em 21 de março, no Colégio Municipal Doutor João Paim, que é integrado ao sistema de escolas da Polícia Militar. Monique Tavares chegou ao local com o cabelo preso em coque, mas sem estar preso em uma rede, como é exigido no local. A estudante conta que o inspetor não questionou a falta da rede, mas mandou a aluna alisar os cabelos.

“Cheguei lá com os alunos, como todo mundo. E, quando chegou na minha vez, ele [o inspetor] disse: ‘Aluna, você não está adequada para este colégio’. Ai, ele disse assim: ‘Seu cabelo está inchado, e você precisa alisar mais ele’.”

Depois de ter sido mandada para casa, Monique tentou mudar o penteado com a ajuda de uma amiga. A jovem relatou que, mais uma vez, o inspetor repetiu que o cabelo crespo era o motivo pelo qual ela não entraria.



“Aluna, você não está adequada para este colégio”, disse inspetor ao mandar estudante alisar cabelos

A cena aconteceu na porta da escola, na presença de outros estudantes e de pais de alunos, que acompanharam tudo em silêncio. A caminho de casa, Monique mandou uma mensagem de áudio para a mãe contando que se referiu ao próprio cabelo como algo ruim.

“Foi hoje, acertei o diabo do meu cabelo e disse que era para eu voltar, porque meu cabelo estava muito folgado, que eu não ia entrar no colégio, não”, disse ela na gravação.

Em nota, o Colégio Municipal Doutor João Paim informou que, ao matricular os estudantes, pais ou responsáveis são orientados sobre as normas disciplinares da instituição, e que recebem cartilhas e cópias do regimento interno.

Disse ainda que a escola segue o regimento padrão do ensino militar, que inclui regras disciplinares e normas sobre vestimentas, penteados, cortes de cabelo, fardamento, uso de calçados e outros itens.

Jornalistas Livres/Twitter



Protestos pelo país denunciam alta de preços e desemprego

Com o lema “Bolsonaro Nunca Mais”, manifestantes protestaram em diversas capitais neste sábado (9). Os atos foram convocados pela Campanha Fora Bolsonaro, composta por movimentos populares, sociais e sindicatos e tem como reivindicações centrais o combate ao desemprego e a carestia, provocada pelo aumento no preço dos alimentos, dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, condenando uma parcela cada vez mais expressiva do povo brasileiro à fome.

De acordo com os organizadores, os atos ocorreram em mais de 70 cidades brasileiras durante o dia. Em São Paulo o ato se concentrou na Praça da República, centro histórico da capital, e seguiu em caminhada em direção à Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco.

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), citado por Bolsonaro na última quinta-feira durante transmissão nas redes sociais como um de seus pesadelos, afirmou que a resposta veio das ruas. “Os milicianos tremem na base, porque sabem que daqui a pouco o povo brasileiro vai expulsar Bolsonaro do Palácio do Planalto. E ele vai ter que se explicar na Justiça pelos crimes que cometeu, pelo desemprego, vai ter que se explicar pelas quase 700 mil vítimas da Covid-19 da qual ele é o maior responsável”, disse Orlando durante o ato.

A coordenadora estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em São Paulo, Ediane Maria, explica que a razão de ocupar as ruas neste momento é defender a vida da população mais pobre do país. “Quando achamos que chegamos ao fundo do poço da crise social, o Bolsonaro vem e aprofunda suas medidas de maldade. Então, ocupar as ruas é lutar pela nossa vida e mostrar nossa insatisfação com o governo”, afirma.

Além de São Paulo, entre as cidades onde foram registrados atos estão Rio de Janeiro (RJ), Distrito Federal (DF), Fortaleza (CE), Recife (PE), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), São Luís (MA), Salvador (BA), João Pessoa (PB), Goiânia (GO), Curitiba (PR), Vitória (ES), Florianópolis (SC), Campo Grande (MS), Aracaju (SE), Teresina (PI) e Natal (RN).

A corrupção no governo Bolsonaro também foi pautada nos atos, com a denúncia da influência de pastores evangélicos no orçamento do Ministério da Educação, caso que motivou a exoneração do agora ex-ministro Milton Ribeiro. Ele havia admitido, em áudio divulgado pela imprensa, que atendia preferencialmente os pleitos de líderes religiosos a pedido do presidente de Bolsonaro.



Sindicatos se reúnem e lançam Movimento Popular Contra a Carestia, com ato em Guarulhos

Sindicatos e centrais sindicais, reunidos na sexta-feira (8), no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, lançaram o Movimento Popular Contra a Carestia.

Com iniciativa da Força Sindical regional, o Movimento, que reúne também associações de moradores e representante de igreja protestante tem por objetivo denunciar os altos preços dos alimentos que estão levando milhares de pessoas à fome e à insegurança alimentar.

“Hoje, o que pesa mais é o custo da cesta básica. Mas o gás de cozinha também sacrifica o orçamento doméstico”, afirma o dirigente metalúrgico José Barros da Silva Neto. “A próxima reunião será no Sindicato dos Condutores, filiado à CUT. Mas queremos mais. Queremos trazer as associações de moradores, os movimentos populares, as igrejas e também os micro-empresários, porque o custo de vida castiga todos”, ressalta.

A reunião foi aberta com exposição do economista Rodolfo Viana, do Departamen-

to Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (Dieese), que destacou a elevação nos preços de produtos básicos. “Até 2019, os custos da cesta básica, gás e combustíveis consumiam 73% do valor do salário mínimo. Atualmente, consomem 99%. A perda do poder aquisitivo é muito alta”, frisou Viana.

O Brasil tem um histórico importante de lutas contra a carestia. Nas décadas de 1970 e 1980, o movimento contra a alta no custo de vida foi muito importante para o enfraquecimento da ditadura militar e para elaboração políticas públicas indispensáveis à população, dentre elas o nosso Sistema Único de Saúde (SUS), e contou com uma ampla participação da sociedade civil, incluindo igrejas e entidades da classe média.

O próximo encontro está marcado para a quinta-feira (14), para definir as ações e locais de protestos contra a alta no custo de vida.

Força Sindical



Centrais apresentam Pauta da Classe Trabalhadora e defendem projeto de desenvolvimento nacional

Assinada pelas nove centrais sindicais brasileiras, a 3ª Conclat, realizada no dia 7 de abril, lançou, no bairro da Liberdade, em São Paulo, a “Pauta da Classe Trabalhadora”. O documento considera que “nem o cenário de pobreza, desemprego e pandemia que se instalou impediu o governo federal de disseminar o negacionismo, o desprezo pela vida, a destruição do meio ambiente, a asfixia financeira do povo e os ataques à democracia, entre outras medidas regressivas”.

A declaração afirma que “a desigualdade se amplia, o desemprego atinge índices alarmantes, assim como a precarização do trabalho, a carestia e a miséria que condenam parte significativa do povo à exclusão social”. E segue: “Os últimos anos impuseram ainda mais dificuldades para a classe trabalhadora brasileira. O governo Temer iniciou a retirada de direitos aprovando a Contrarreforma Trabalhista e a Emenda do Teto de Gastos (EC 95/2016), medidas que jogaram milhares no subemprego, desmontaram os serviços públicos e limitaram o acesso de grande parte da população aos direitos sociais”.

O texto analisa que “o governo de Jair Bolsonaro, com a contrarreforma da Previdência e a tentativa de aprovar a Contrarreforma Administrativa, acentua a desproteção à população e ataca o Estado de bem-estar social definido pela Constituição de 1988 reduzindo o papel do Estado, limitando as políticas públicas e enfraquecendo a capacidade de investimento público, o que aprofunda a opção por um Brasil exportador de matéria prima e importador de bens industrializados. A indústria registra assim perda significativa de sua participação na economia, com altos níveis de ociosidade”.

“Na CONCLAT de 2022, vimos divulgar um conjunto de propostas para um desenvolvimento social e econômico que supere as desigualdades, gere empregos formais de qualidade, promova crescimento dos salários, proteção social, trabalhista e previdenciária, assegure a sustentabilidade ambiental e fomenta a inovação tanto no campo tecnológico quanto no campo das ideias, promovendo e respeitando a diversidade nos locais de trabalho e na sociedade em geral”.

“Sigamos em frente, unidos na luta para mudar os rumos desse nosso querido país!”.

A Conferência teve a presença de seiscentos dirigentes das centrais, sendo acompanhada, de forma virtual, por

milhares de dirigentes sindicais em todo país.

Seguem os principais itens da pauta das Centrais:

SALÁRIO

Instituir uma política de valorização do salário mínimo que assegure a recomposição da inflação e um considerável aumento real para que, no médio prazo, o piso nacional seja capaz de atender às necessidades vitais básicas dos trabalhadores e trabalhadoras e de suas famílias, conforme definido na Constituição Federal.

CARESTIA

Suspender de forma imediata a política de Paridade dos Preços Internacionais hoje adotada pela Petrobras. Garantir a segurança alimentar: Revisar a política de preços de produtos essenciais, como alimentos, combustíveis, gás de cozinha, energia elétrica e medicamentos, entre outros. Adotar medidas urgentes que garantam a redução e estabilização dos preços da cesta básica, combustíveis e gás de cozinha. Recuperar a capacidade operativa da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) de formação de estoques reguladores e retomar as políticas de aquisição de alimentos.

EMPREGO

Retomar as obras paradas e os investimentos públicos para garantir a imediata geração de emprego de qualidade, através de planos de obras públicas nas áreas de infraestrutura econômica e social, serviços públicos de educação, saúde, habitação popular, transporte, cultura e lazer.

Articular as políticas de desenvolvimento produtivo com a promoção da indústria nacional, revertendo o processo de desindustrialização e reprimarização. Esse processo deve estar ancorado nos investimentos em infraestruturas econômica, social e ambiental, como habitação, saneamento básico, serviços de luz e telefonia, segurança alimentar, mobilidade, acessibilidade, saúde, educação, rede e conexão de internet, entre outros.

MULHER TRABALHADORA

Promover o princípio do “trabalho igual, salário igual” (Convenção 100 da OIT). Combater a alta rotatividade de trabalho das mulheres, instituindo a licença parental para progenitores ou adotantes de forma compartilhada, além de assegurar creche e escolas públicas de qualidade em tempo integral. Garantir à mãe o período de 180 dias de licença

maternidade conforme orientação da OMS (Organização Mundial da Saúde) e ratificar a Convenção 183 da OIT que amplia a proteção à maternidade presente nas convenções anteriores.

A PEC 32

Arquivar a Projeto de Emenda Constitucional – PEC 32/2020, formulada pelo governo Bolsonaro, que privatiza o serviço público através da Reforma Administrativa e ataca os serviços públicos e os servidores que atendem a população. Regulamentar a Convenção 151 da OIT, que garante o direito à negociação coletiva no setor público, regulamentando data-base para os servidores públicos, medida garantida pelo artigo 37 da Constituição Federal. A falta de regulamentação corrói salários, congela benefícios e precariza condições de trabalho e serviços prestados à população.

PREVIDÊNCIA

Assegurar o acesso universal à seguridade social – saúde, assistência social e previdência social – pública e de qualidade para todos, independentemente do tipo de vínculo de trabalho, estendido aos órfãos, viúvas e trabalhadores com sequelas em decorrência da covid-19, bem como viabilizar fontes sustentáveis de financiamento, entre elas o fim da DRU (Desvinculação de Receitas da União) sobre o orçamento da Seguridade Social.

ALTERAR A POLÍTICA MACROECONÔMICA

Revogar a independência do Banco Central. Revogar a Emenda Constitucional 95 (teto de gastos), garantindo que o orçamento público cumpra a função de financiar as políticas públicas e investimentos, reduzir as desigualdades sociais e melhorar a vida da classe trabalhadora. Reformar o sistema tributário e orientá-lo pela capacidade contributiva de cada brasileiro; pela progressividade dos impostos; pela revisão dos impostos de consumo e dos impostos sobre renda e patrimônio, aumento da tributação sobre grandes heranças e riquezas, lucros e dividendos.

ESTADO NA PRODUÇÃO

Direcionar a política do Estado brasileiro como agente promotor do desenvolvimento econômico e socioambiental, revendo as privatizações e fortalecendo o papel estratégico dos bancos e empresas públicas e dos serviços públicos universais.



Conferência da Classe Trabalhadora reuniu nove Centrais Sindicais, no dia 7 de abril

As centrais sindicais realizaram, nesta quinta-feira (7), a Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat), reunindo Força Sindical, CTB, CUT, Nova Central, CSB, Conlutas, Intersindical e Pública em defesa de uma bandeira unificada contra Bolsonaro, pela recuperação dos empregos, dos direitos trabalhistas e do desenvolvimento nacional.

O encontro foi realizado com a presença dos dirigentes sindicais e também acompanhado pelos trabalhadores na internet. Ricardo Patah, presidente da UGT, relembrou a história da Conclat, “que ajudou a democratizar o Brasil”, e hoje “o que nos une, o nosso maior objetivo é ‘fora, Bolsonaro. Resolvendo isso, o Brasil vai ser dos brasileiros, dos trabalhadores, dos negros, das mulheres”, afirmou.

Miguel Torres, presidente da Força, manifestou sua solidariedade aos metalúrgicos da Toyota, que viram a fábrica fechar essa semana, em São Bernardo. Solidariedade aos funcionários da Avibras, que lutam contra a demissão e o fechamento da empresa, e também aos servidores do Banco Central, em greve por reajuste salarial.

“Nossa pauta afirma a opção pela geração de emprego, políticas de desenvolvimento local e regional, com conteúdo nacional. Inovação para toda a estrutura produtiva, com emprego e crescimento dos salários”, ressalta. “Mas, além disso tudo, temos uma unanimidade aqui, que é a principal motivação que temos esse ano, que é tirar esse governo, tirar o Bolsonaro. A segunda é eleger os nossos representantes”, afirma Miguel Torres.

Adilson Araújo, presidente da CTB, também falou da importância da Conferência. “E esse ano, estamos numa encruzilhada história. Se vamos continuar reféns da barbárie neofascista ou se vamos reconstruir o nosso país, com um projeto de desenvolvimento, de emprego, de democracia”.

“O Brasil segue desgovernado. Com uma política de destruição, de desindustrialização e desnacionalização. Por isso, é necessário combinar esforços. Precisamos, juntos, impedir a privatização dos Correios, da Eletrobrás, e da Eletronorte, do Banco do Brasil, da Petrobrás”,

ressaltou Adilson, se solidarizando também com a mobilização dos trabalhadores marítimos que lutam contra o PL que institui o programa BR do Mar.

“O nosso quadro econômico é lastimável. Só faz sorrir os banqueiros e os rentistas. Olha o preço do gás de cozinha, da gasolina, da cenoura. Fazem sangrar o bolso do povo. Reduzem o salário do trabalhador. Estamos aqui para dizer que não podemos admitir que as coisas aconteçam do jeito que estão. Essa Conclat representa a união da classe trabalhadora por empregos, direitos, democracia e vida. E o grande significado dessa Conclat é indicar para o nosso povo que a bandeira que nos une é derrotar Bolsonaro”.

Para Sérgio Nobre, presidente da CUT, “o povo está desempregado, passando fome, perdendo a esperança no futuro”. “O caminho é lutar. O Brasil está onde está por causa do ódio, da indiferença, pelo endeusamento do individualismo. Não tem saída se não for o contrário, através da solidariedade, do companheirismo e da luta”, afirmou.

Antônio Neto, presidente da CSB, defendeu a revogação das reformas trabalhistas e previdenciárias e ressaltou que a mobilização não acaba com a saída de Bolsonaro. “Não é só tirar Bolsonaro e o bolsonarismo. Precisamos acabar com esse tripé econômico perverso”, afirmou.

“Queremos, no mínimo, aquele Brasil que se apresenta na Constituição Cidadã de 1988. Um país mais humano, que valoriza e fortalece o estado de bem-estar social”, afirmou também José Gozze, presidente da Pública, Central do Servidor.

Representando as mulheres trabalhadoras, dirigentes das centrais defenderam o combate às desigualdades no mercado de trabalho, com “salário igual para trabalho igual”, “fortalecimento da licença-maternidade” e “creche em tempo integral e de qualidade”.

“A ideia é garantir a permanência das mulheres no mundo do trabalho”, afirmou a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Júnêia Pereira. “Por isso queremos mais mulheres nas políticas. Não podemos ser só 15% no parlamento”, ressaltou Celina Alves Arêas, secretária nacional da CTB.

Sem reposição, serviço de Saúde pública perdeu 18% do quadro de funcionários

O serviço de Saúde federal perdeu 18% do seu quadro de funcionários desde o início do governo Bolsonaro. No total, o conjunto dos servidores públicos foi reduzido em 7,5%, de acordo com levantamento divulgado pelo portal Poder 360.

Segundo os dados, no início do governo o país tinha 631 mil funcionários e em fevereiro 2022 esse número já tinha caído 583 mil. A Saúde, que contava com 102 mil servidores, perdeu 18.315 trabalhadores (18%).

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), vinculado ao Ministério do Trabalho, perdeu cerca de um terço dos servidores, sendo um dos órgãos mais afetados pela não reposição do quadro. Dos 32.804 servidores do fim de 2018, restaram apenas 22.320.

Esse é um dos principais motivos para o aumento crescente de pedidos de benefícios represados no Instituto. Em fevereiro deste ano, mais de 1,8 milhão de pessoas que dependem de pensão por morte ou outros benefícios previdenciários para sobreviver, amargavam na fila de

espera por respostas de seus requerimentos.

Órgãos que tiveram papel importante durante a pandemia, além da Saúde diretamente, também sofrem com a perda de funcionários. A Anvisa perdeu 212 funcionários, o que representa 11% do seu quadro de servidores. A Fiocruz, à frente da produção de uma das principais vacinas usadas no combate à Covid-19 e que realiza importantes pesquisas sobre na área da saúde, perdeu 317 servidores, 6% do seu quadro total.

O Ministério da Educação é o segundo colocado na lista de maiores cortes do quadro de servidores, com 7.559 funcionários a menos. Ao todo 52 universidades federais tiveram redução no quadro de funcionários e 11 tiveram aumento.

As universidades e institutos federais perderam 1.537 professores de 2018 para cá. Sendo 3.489 professores temporários a menos e apenas 1.952 contratados em regime não temporário. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), maior do país, perdeu 911 servidores, no total.



Embaixador exhibe jornal com entrevista Ataque étnico de embaixador ucraniano a “todos os russos” gera indignação na Alemanha

O representante ucraniano Andrei Melnik embarca na histeria russofóbica ao condenar o gesto de pacificação do presidente alemão, que promoveu um concerto com a participação de músicos russos e execução de obras de um compositor ucraniano. Em seu destempero, Melnik disse que “todos os russos são inimigos” qualificou a ação do presidente alemão de equivalente à de “hipócritas construtores de pontes que levam direto ao inferno”. As declarações publicadas no jornal Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ) receberam ampla condenação

O embaixador da Ucrânia na Alemanha, Andrei Melnik, disse em entrevista publicada terça-feira (5) no destacado jornal alemão, que “não é nossa preocupação agora diferenciar entre russos maus e russos bons”, que “agora são todos”. “Vou dizer muito claramente: a Rússia é um Estado inimigo para nós. E todos os russos são inimigos da Ucrânia neste momento”, enfatizou no estilo dos colaboracionistas anti-soviéticos e adeptos do ocupante hitlerista na Segunda Guerra.

Ao ser questionado sobre a razão de não participar de um concerto beneficente de músicos russos, com a apresentação de um compositor ucraniano, o diplomata assumiu abertamente a russofobia insuflada por Washington qualificando o evento interessado em promover o entendimento de “provocação”. A atividade havia sido organizada pelo presidente alemão, Frank-Walter Steinmeier.

PELA GUERRA PERMANENTE

“Cada ação, mesmo um concerto, tem um objetivo e efeito específicos. Para mim, como embaixador da Ucrânia, ainda não está claro por que foi necessário tentar um gesto de reconciliação nessa situação, no sentido de ‘ucranianos e russos sentarem-se juntos, fazer música, bater palmas e curtir a cultura’, condenou o embaixador.

Conforme o diplomata ucraniano, o presidente alemão “encenou deliberadamente isso como um ‘sinal de paz’”, o que é inadmissível. “Ele queria que um pianista russo e um barítono russo se apresentassem e que o embaixador ucraniano se sentasse lá. Aí está uma provocação que ele não consegue entender”, acrescentou.

Questionado sobre sua hostilidade não apenas para com os cidadãos russos, mas também com a cultura russa, o embaixador observou que “no momento simplesmente não há razão para desfrutar da cultura russa junto com os russos”. O neofascista ucraniano fez questão de deixar claro que jamais teve qualquer amigo russo, uma vez que, segundo ele, o conflito entre os dois países “estava planejado há muitas décadas”.

“E esta guerra está sendo realizada por pessoas, russos: alguns são enviados para esta guerra, outros escolhem estar lá por vontade própria. Na convicção de destruir a Ucrânia. E então está claro para mim que, provavelmente, mesmo depois da guerra, a Rússia continuará sendo um Estado inimigo”, reiterou.

Logo depois da entrevista, o representante ucraniano compartilhou no Twitter a capa do jornal Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ), para o qual deu as declarações, acompanhando a publicação com a frase “Todos os russos agora são nossos inimigos”.

A postagem gerou uma onda de protestos da sociedade alemã. “Sr. Melnik, representar uma nação inteira como inimiga não passa de fascismo. Você deveria se envergonhar. Não só por isso, mas também por seu comportamento em geral. Você deveria colocar sua energia em visitar refugiados, em vez de apressá-los”, reagiu um internauta. “‘Todos os russos...’ Esta é a coisa mais estúpida que ouvi hoje. Declaração completamente injustificada e só contribui para uma maior escalada”, disse outro.

“Nesta lógica, todos os ucranianos também são nossos inimigos. O NYT agora também relata crimes de guerra na Ucrânia. Existem inúmeros vídeos na rede sobre isso”, condenou outro usuário.

Uma verdadeira chuva de reprovações se seguiu à entrevista no Frankfurter.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Pentágono mantém 60 laboratórios de armamentos biológicos nas fronteiras da Rússia e da China

O Pentágono controla cerca de 60 laboratórios biológicos-militares nas fronteiras da Rússia e da China, denunciou o Ministério da Defesa russo perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), nos dia 6.

“Aproveitando as brechas na legislação internacional, o governo dos EUA está constantemente aumentando suas capacidades biológico-militares em várias regiões do mundo”, constatou Igor Kirilov, chefe das tropas de proteção radiológica, química e biológica da Rússia.

O oficial citou dados mostrando que Washington tem 336 laboratórios sob seu controle em 30 estados além da jurisdição nacional.

“Só nos territórios fronteiriços com a Rússia e a China existem cerca de 60 instalações modernizadas desde 2005 às custas do departamento

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Paquistaneses repudiam golpe de Estado apoiado por Washington



Repúdio à deposição de Khan sob intervenção norte-americana lotou as ruas

Chegada do Batalhão Azov a Bucha precedeu massacre, revela jornalista norte-americano

O jornalista norte-americano Joe Lauria, editor do portal Consortium News, que foi fundado pelo lendário jornalista Robert Parry, aquele que trouxe a público o escândalo Irã-Contras, advertiu que em Bucha – pequena cidade ucraniana que virou manchete pelos corpos de civis nas ruas – “a questão da culpa está longe de ser decidida” e registrou que “poucas horas” após a notícia de domingo, e sem qualquer investigação, “o veredicto foi dado” contra os russos.

“Ao contrário de seus sistemas judiciais, quando se trata de guerra, as nações ocidentais dispensam a necessidade de investigações e provas e declaram culpa com base em motivos políticos: a Rússia é culpada. Caso encerra-do”, assinala Lauria, que pediu uma “investigação imparcial”.

É ele também que observa que o processo – inclusive as investigações forenses e busca de testemunhas – “ainda nem foi aberto e a sentença já está sendo proposta”, disse referindo-se a conclusões intempestivas como a de suspender a Rússia Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Como se sabe, as tropas



“Declaram ‘culpa da Rússia’ sem investigações”

russas deixaram Bucha no dia 30 – dia seguinte das negociações de paz na Turquia, em que foi anunciada “drástica redução” das operações militares russas na região de Kiev – e só quatro dias depois surgiram os cadáveres de civis nas ruas da pequena cidade.

Lauria traz um importante adendo sobre o que efetivamente ocorreu em Bucha ao registrar que o “The New York Times esteve em Bucha no sábado e não relatou um massacre. Em vez disso, o Times disse que a retirada foi concluída no sábado, dois dias depois que o prefeito disse que sim, e que os russos deixaram ‘atrás de si soldados mortos e veículos queimados, segundo testemunhas, autoridades ucranianas,

imagens de satélite e analistas militares”.

Na véspera (sexta-feira), Ekaterina Ukrainska, representando a autoridade municipal, apareceu em vídeo trajando uniforme militar, com a bandeira ucraniana ao fundo, e informando aos moradores “que a chegada do batalhão Azov não significava que a libertação estava completa e que uma ‘varredura completa’ deveria ser realizada”.

“Ukrainska estava falando um dia depois que o prefeito disse que a cidade foi libertada. No domingo de manhã, o mundo soube do massacre de centenas de pessoas”.

Leia a íntegra do artigo de Joe Lauria em: www.horadopovo.com.br

Hungria repele pressão da União Europeia e reafirma que pagará gás russo em rublo

O chanceler da Hungria Peter Szijjarto disse entender que “outros têm seus interesses, mas o nosso objetivo é garantir a segurança energética de nosso país e esse é um direito do povo húngaro”.

O governo da Hungria, contrapondo-se à posição da União Europeia (UE), decidiu pagar em rublos o gás que importa da Rússia como foi proposto pelo presidente Vladimir Putin depois que foram impostas sanções a Moscou que, entre outras questões, confiscaram reservas internacionais de seus Bancos, excluindo-os do sistema de pagamentos internacionais, o Swift, que é realizado pela moeda dos EUA, o dólar.

“O pagamento do gás russo em rublos não violará as sanções impostas pela UE, já que a Hungria e a Rússia têm contratos bilaterais de energia”, afirmou o porta-voz húngaro, Zoltan Kovacs.

Em 8 de abril, a chefe da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse que a Hungria violaria as sanções da UE se pagasse o gás russo em rublos.

“A UE ainda não tem compras comunitárias de gás e petróleo para os países europeus. Continuaremos a cumprir os nossos contratos de petróleo e gás com a Rússia. De acordo com estes contratos, a moeda de pagamento é uma questão técnica”, destacou Kovacs em uma entrevista à rede CNN.

A economia húngara de-



A Hungria depende do gás da Rússia em 85%

pende do gás russo em 85%.

“Entendemos que outros têm seus interesses, mas nosso interesse é garantir a segurança energética de nosso país. Restrições ao fornecimento de energia da Rússia para a Europa ou sanções nessa esfera afetariam negativamente o direito do povo húngaro a um fornecimento seguro de energia, e é por isso que não apoiaremos tais decisões”, disse o ministro das Relações Exteriores da Hungria, Peter Szijjarto ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. E observou que não é culpa de seu país que o petróleo e o gás russos desempenhem um papel tão importante no fornecimento de energia para “Hungria, Europa Central e todo o continente”.

Anteriormente, o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, reeleito pelo parlamento do país no passado domingo, 3 de abril, já havia afirmado que seu país estaria disposto a pagar o gás russo

em rublos, conforme exigido pela nova legislação russa.

Em 23 de março passado, a Rússia decidiu cobrar as exportações de gás à Europa em rublos. “Não tem sentido oferecer nossos produtos à União Europeia e aos Estados Unidos em dólares e euros”, afirmou o presidente Putin, no dia 23 de março. Até janeiro deste ano, 57% das vendas da estatal russa Gazprom eram pagas em euros e 39% em dólares.

A iniciativa veio após esses países impuseram inúmeras sanções individuais e setoriais à Rússia em resposta à sua operação militar na Ucrânia.

Putin ressaltou que seu país continuará cumprindo os contratos à risca, com os volumes e preços estabelecidos.

Puxado pelos EUA, o Grupo dos Sete (G7), composto ainda pelo Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá, assim como a Comissão Europeia, rejeita a exigência russa de pagamento de recursos energéticos em rublos.

Golpe atingiu o governo paquistanês de Imaran Khan que se negou a embarcar na russofobia e que tem estreitado laços comerciais com a China. Multidões repudiam intervenção dos EUA para depor Khan

O ex-primeiro-ministro Imran Khan disse que o país se encaminha para uma nova “luta pela liberdade” e classificou sua deposição como uma “mudança de regime apoiada pelos EUA”.

Milhares de manifestantes, por todo o Paquistão, foram às ruas no domingo (10) para repudiar a deposição do primeiro-ministro Imran Khan, ocorrida na véspera em votação no parlamento, denunciada como uma “operação de mudança de regime” sob ordens dos EUA.

“Queremos Imran Khan de volta. O Paquistão não descansará até que novas eleições sejam realizadas!”, exigiram manifestantes em dezenas de cidades.

O ex-primeiro-ministro Imran Khan disse que o país se encaminha para uma nova “luta pela liberdade”, condenando sua deposição como uma “mudança de regime apoiada pelos EUA” destinada a trazer “ao poder um círculo de bandidos flexíveis, todos sob fiança”.

Na semana anterior, falando para uma multidão na capital, Islamabad, Khan dissera que um “país estrangeiro” – que agora se sabe ser os EUA – transferiu “milhões de dólares” para partidos da oposição para aprovar um voto de desconfiança no parlamento.

“Nunca tantas multidões saíram tão espontaneamente e em tantos números em nossa história, rejeitando o governo importado liderado por bandidos”, agradeceu Khan, pelo Twitter, compartilhando imagens das manifestações. Os maiores protestos ocorreram na capital do país, Islamabad, em Karachi, Peshawar, Quetta e Lahore.

Khan acrescentou que o país está entrando em um novo período de “luta pela liberdade” com o povo paquistanês protegendo “a soberania e a democracia” de uma “conspiração estrangeira de mudança de regime”.

Na tentativa de evitar a deposição, o governo tentara antecipar as eleições, após ter perdido a maioria no parlamento depois de deserções em suas fileiras patrocinadas pelos EUA, mas a convocação foi revogada pela Suprema Corte.

Na segunda-feira, um novo primeiro-ministro será votado no parlamento paquistanês.

DEPOSIÇÃO

A oposição prevaleceu no voto de desconfiança, com dois votos a mais dos 172 [em 342] necessários para afastar Khan. Sete deputados do partido do primeiro-ministro desertaram para a oposição, virando a correlação de forças no parlamento.

Entre outros ‘pecados’, o governo de Khan recusou abrir bases dos EUA para manter tropas que estavam se retirando do Afeganistão, ao mesmo tempo em que o Paquistão desenvolveu um corredor econômico chave da assim chamada Nova Rota da Seda Chinesa, reforçando os tradicionais laços com Pequim, e ampliou as relações com a Rússia. Em fevereiro, Khan foi a Moscou em visita oficial e, na ONU, o Paquistão se absteve quanto à suspensão da Rússia do Conselho de Direitos Humanos.

O mandato de Khan deveria ir até 2023. No Paquistão, desde sua fundação, nenhum governo completou o mandato.

INDEPENDÊNCIA

A bancada de apoio a Khan se retirou antes que a votação ocorresse, com exceção de um parlamentar, Ali Muhammad Khan, que proferiu uma contundente denúncia do esbulho em curso. O parlamento do Paquistão deve realizar uma votação para escolher um novo primeiro-ministro na segunda-feira.

Imran Khan “sacrificou seu governo, mas não aceitou a submissão”, sublinhou Ali Muhammad Khan.

“Imran Khan falou sobre um bloco muçulmano, esse é o pecado dele. Imran Khan falou sobre uma política externa independente, esse é o pecado dele... A visita à Rússia é apenas uma desculpa, o

verdadeiro alvo sempre foi Imran Khan”, acrescentou.

Também o ministro das Relações Exteriores Shah Mahmood Qureshi se pronunciou ao parlamento e repudiou a troca de consciências por vantagens ilícitas, para pavimentar o caminho para o afastamento de Imran Khan.

“Os poderes que juraram defender a Constituição não estão vendo este bazar?” ele perguntou, acrescentando que a nação estava ciente de como os votos foram comprados e vendidos durante as eleições para o Senado do ano passado.

“O Paquistão está na encruzilhada da história. A nação tem que decidir se vamos viver de cabeça baixa ou de cabeça erguida”, sublinhou.

Sobre a visita do primeiro-ministro à Rússia, ele destacou que a decisão de realizá-la foi tomada após consulta a diplomatas experientes, acadêmicos e mídia, sobre os prós e contras, chegando-se à conclusão de que seria “do interesse do Paquistão”.

“Somos um Estado soberano. Não queremos carregar o jugo da escravidão”, disse. Ele também afirmou que antes da visita, o conselheiro de segurança nacional dos EUA ligou para seu homólogo paquistanês com uma mensagem: Não vá. Qureshi questionou como um estado soberano poderia ser impedido de uma visita bilateral dessa maneira.

Ele acrescentou que, uma vez tomada a decisão de ir, o Paquistão decidiu dar sua opinião sobre a guerra na Ucrânia. “O Paquistão é um país que acredita na carta das Nações Unidas e na autodeterminação e nunca apoiamos o uso da força”.

A CARTA AMEAÇA

A interferência de Washington incluiu uma carta em que há a ameaça de que, se o voto de desconfiança não fosse aprovado, haveria consequências para o Paquistão. Qureshi afirmou que o Paquistão tem relações de longa data com os EUA. “Queremos ter boas relações com eles, nosso objetivo não é estragar [as relações]. Mas os EUA querem que o Paquistão ofereça apoio em todas as questões importantes para eles”.

Sobre o Corredor Econômico China-Paquistão, ele disse que o governo do PTI sentiu que este era um projeto que melhoraria a conectividade regional e tiraria milhões de pessoas da pobreza.

Ele convocou os parlamentares a não empurrarem o Paquistão para uma crise constitucional e a anteciparem as eleições. “Por que vocês estão com medo da nação?”, ele perguntou à oposição.

DITAMES DOS EUA

Por sua vez, a ministra dos Direitos Humanos, Shireen Mazari, classificou de “desgraça desta nação que os Estados Unidos sempre tenham sido bem sucedidos em [mudar] os líderes do Paquistão”.

Ela lembrou que a oposição foi convidada a verificar a ‘carta de ameaça’ que o governo considera a prova de uma conspiração com financiamento estrangeiro.

“Mas eu sei por que vocês não vieram... porque vocês fazem parte dessa conspiração, que afirma claramente que ‘se você expulsar Imran Khan e o voto de desconfiança for bem-sucedido, então a nação será perdoada’”, acrescentou.

“O que será perdoado? Que crime o Paquistão cometeu? Uma política externa independente? Quem diabos é a América para nos perdoar? E por qual crime? O Reino Unido conspirou para derrubar o iraniano Mossadegh – que era um líder democrático”.

Ela disse que os EUA derrubaram líderes democráticos ou os assassinaram e instalaram ditaduras nos países. “Alguns dias atrás, Biden foi à Polônia e disse ‘remover Putin e trazer mudança de regime’. Este é o jeito da América”.

Zelensky leva nazistas do Batalhão Azov para discursar no Parlamento da Grécia



Acima, míssil ucraniano Tochka-U e abaixo restos de outro igual, depois de atingir a estação de Kromatorsk. (Sputnik Brasil)

Rússia: “míssil que atingiu a estação de Kromatorsk e matou 50 civis é ucraniano”

Cerca de 50 pessoas, incluindo cinco crianças, foram mortas e 98 ficaram feridas na sexta-feira (8) em um ataque com míssil a uma estação ferroviária em Kromatorsk, na região de Donetsk, leste da Ucrânia, segundo as autoridades locais.

Após responsabilizar “dois mísseis russos Iskander” pela matança – o que foi reproduzido na mídia ocidental – o regime de Kiev passou a dizer se tratar de “mísseis Tochka-U russos”, depois que surgiram fotos de fragmento do míssil perto da estação ferroviária.

O Ministério da Defesa russo prontamente rechaçou a acusação: “Todas as declarações do regime ultranacionalista de Kiev sobre o alegado ‘ataque com mísseis’ da Rússia no dia 8 de abril contra uma estação ferroviária da cidade de Kromatorsk são uma provocação e não correspondem absolutamente à realidade”.

“Os mísseis táticos Tochka-U, cujos fragmentos foram encontrados perto da estação ferroviária de Kromatorsk, são usados apenas pelas forças armadas ucranianas”, destacou o porta-voz, general Igor Konashenkov.

O comunicado reitera que as forças russas “não tinham e não planejavam nenhum ataque à cidade de Kromatorsk no dia 8 de abril”.

TOSCHKA-U MATOU 17 EM DONETSK

Foi com um míssil Toschka-U, lançado em 14 de março, que o regime de Kiev causou a morte de 17 civis e feriu 36, a maioria aposentados, no centro da cidade de Donetsk, que é parte da república antifascista constituída em 2014.

Na época, os militares russos responsabilizaram a 19ª Brigada Ucraniana de Mísseis pelo ataque. Segundo o líder da República Popular de Donetsk, Denis Pushilin, desde o início da atual fase do conflito os sistemas antiáéreos antifascistas já interceptaram 24 mísseis Toschka-U ucranianos.

Na descrição da Associated Press, fotos da estação em Kromatorsk “mostraram os mortos cobertos com lonas no chão e os restos de um foguete com as palavras ‘Para nossas crianças’, pintadas em russo”.

A estação estava apinhada de gente após convocação por Kiev de evacuação de civis da região, que é vista como cenário da grande ofensiva que a Rússia está ultimando no Donbass. Milhares de pessoas aguardavam os trens de evacuação.

O prefeito Oleksandr Goncharenko disse que, mesmo com 30 a 40 cirurgiões trabalhando para tratar os feridos, o hospital local estava lutando para dar conta da situação. “Há muitas pessoas em estado grave, sem braços ou pernas”, acrescentou.

O Ministério da Defesa russo disse acreditar que o ataque foi realizado para “interromper o êxodo em massa de moradores da cidade” e para permitir que as forças ucranianas “usem civis como escudos humanos”.

Ainda segundo Moscou, o ataque partiu do sudeste ucraniano, e foi realizado por “um batalhão de mísseis das forças armadas ucranianas da área da cidade de Dobropolye”.

O ataque também coincide com a ida a Kiev, com uma passagem por Bucha, de uma comitiva europeia encabeçada pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, para anunciar mais armas à Ucrânia e mais sanções contra a Rússia.

Von der Leyen chamou o ataque à estação ferroviária de “atroz”, acrescentando que “quase não há palavras para isso”. “O comportamento cínico (da Rússia) quase não tem mais referência.”

Curiosamente, o ‘ataque da maternidade’ em Mariupol, em março, coincidiu com a videoconferência do presidente Zelensky ao Congresso dos EUA.

Antes de qualquer investigação ou testemunho, e já com o erro na descrição do míssil constatado, o chefe da diplomacia da UE, Josep Borrell, de pronto condenou, pelo Twitter, o “ataque indiscriminado contra uma estação de trem em Kromatorsk pela Rússia”.

Note-se que, quando o regime de Kiev atacou com um míssil Tochka-U o centro de Donetsk, matando ou ferindo 53, Borrell se manteve em silêncio.

Agora, ele postou que o suposto ‘ataque russo’ é “mais uma tentativa de fechar rotas de fuga para aqueles que fogem desta guerra injustificada e que causa sofrimento humano”.

Na interpretação da agência de notícias Associated Press, que cita um ‘especialista’, apenas a Rússia “teria um motivo” para atacar a infraestrutura ferroviária civil em Donbas, e a Ucrânia “não mataria deliberadamente seus próprios civis” em “uma guerra de sobrevivência”.

Declaração que se choca com o fato de que a Rússia, até aqui, não se dedicou ao ‘carpet bombing’ – quando uma cidade é arrasada até o chão, modalidade de guerra típica dos norte-americanos, de Pyongyang, na década de 1950, a Raqqa e Mossul, no século 21. E não bombardeou as muito mais importantes estações ferroviárias de Kiev e Kharkov.

Há ainda o inconveniente de que a guerra, pelo lado dos ucranianos, como lembrou o embaixador russo junto à ONU, Vasily Nebenzia, vem sendo encaminhada por “nazistas, que combatem como nazistas”.

Ou, como ele próprio se referiu à provocação de Bucha, inspirada “no manual dos Capacetes Brancos” da Síria, onde não faltaram atos contra civis para atrair a intervenção dos EUA e Otan.

Leia íntegra da matéria no site do HP

Reuters



Zelensky, o “democrata” que a OTAN adora, acompanhado de dois colegas hitleristas

China afirma que “não se pode apoiar a paz enquanto enche a Ucrânia de armas”

O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, afirmou durante uma conversa telefônica com Emmanuel Bonne, principal conselheiro diplomático do presidente francês Emmanuel Macron, que “não se pode apoiar negociações de paz na Ucrânia e, ao mesmo tempo, enviar armas a esse país”.

“A China busca que um cessar-fogo seja alcançado o mais rápido possível e que a paz retorne, e estamos trabalhando incansavelmente para alcançar esse objetivo à nossa maneira. Porém, acreditamos que todas as partes envolvidas devem criar as condições necessárias para promover as negociações de paz em vez de jogar mais lenha na fogueira”, disse Wang durante a conversa, segundo a Agência Xinhua.

“O que não pode ser feito é pedir um cessar-fogo para parar a guerra e, ao mesmo tempo, enviar constantemente um número maior de armas e equipamentos avançados que só intensificarão ainda mais a guerra, nem se pode apoiar o diálogo enquanto são impostas sanções unilaterais que apenas estimulam mais o conflito”, acrescentou.

Bonne disse que a França sempre aderiu a uma política externa independente e não cairá na lógica da política do bloco, referindo-se à União Europeia.

“A França atribui grande importância ao ponto de vista da China nesta situação e está pronta para fazer ainda mais



Chanceler chinês Wang Yi: “sanções unilaterais não estimulam diálogo, só acirram os conflitos”

esforços com o lado chinês para promover negociações de paz, alcançar um cessar-fogo e resolver a crise”, assinalou, ressaltando que a França se comunica com todas as partes, incluindo a Rússia, “em questões importantes como a neutralidade da Ucrânia”.

“Entramos no século 21, no qual os interesses de todos os países estão entrelaçados e interdependentes”, destacou Wang, observando que a China está pronta para trabalhar com a França para fortalecer a cooperação estratégica e construir conjuntamente uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade. Enquanto isso, sublinhou que não deve ser

permitido ressurgir a mentalidade de Guerra Fria.

Observando que a questão da Ucrânia tem suas raízes no desequilíbrio de segurança da Europa, Wang insistiu em que o princípio da segurança deve ser respeitado e uma estrutura de segurança europeia equilibrada, eficaz e sustentável deve ser reconstruída. Só assim a Europa pode realmente alcançar uma paz e estabilidade duradouras, acrescentou.

Da mesma forma, Wang Yi reiterou a posição da China durante a teleconferência, na qual evitou usar a palavra “invasão” para se referir à ofensiva russa, enquanto afirmou sua oposição às sanções contra Moscou.

“EUA tentam usar OTAN como seu Exército e isso a dividirá ainda mais”, diz Global Times

Após a declaração do secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Jens Stoltenberg, sobre o novo “conceito estratégico” formulado em virtude dos recentes acontecimentos na Ucrânia, a imprensa chinesa alertou sobre o desejo dos Estados Unidos usar o organismo como suas próprias forças armadas.

“No início dos anos 1990, os EUA prometeram que a OTAN não se expandiria nem um centímetro para leste. Contudo, enquanto iniciadora da crise da Ucrânia, a OTAN liderada pelos Estados Unidos se expandiu para leste cinco vezes desde 1999. Esta expansão é vista como um dos motivos da continuação do conflito entre a Rússia e a Ucrânia”, apontou o Global Times,

Na avaliação do jornal chinês, Washington está tentando fazer de tudo, pressionando e chantageando para que alguns de seus adversários se tornem inimigos de todo o bloco. Contudo, alertou, esta é uma estratégia que nem sempre funciona.

“A OTAN está profundamente dividida. A criação de inimigos externos apenas cria uma ilusão momentânea e dificilmente eliminará



Biden com o secretário-geral da OTAN Jens Stoltenberg, também conhecido como o porta-voz de Washington

as diferenças entre seus líderes. Por exemplo, o acordo AUKUS entre os EUA, Reino Unido e Austrália forçou alguns países europeus a não confiarem nas Forças Armadas e nas iniciativas estratégicas americanas”, avaliou um especialista militar citado pelo GT. A atual crise na Ucrânia, reafirmou o especialista, é motivada pelas ações estadunidenses, seguidas pela OTAN.

Anteriormente, o representante permanente da China na ONU, Zhang Jun, conclamou a que os

EUA, a OTAN e a União Europeia (UE) realizassem um diálogo universal com a Rússia sobre a questão de segurança, trabalhando conjuntamente na construção de um mecanismo regional de segurança a fim de encontrarem uma solução para o problema. Infelizmente, o caminho traçado pelos EUA foi o bélico, o que além de causar a morte de ucranianos e russos, provocou à Ucrânia mais de quatro milhões de refugiados e bilhões de perdas em sanções econômicas à Rússia.

Partidos repudiaram a presença dos nazis no Parlamento, chamando o caso de “vergonha histórica”. Até o governo admitiu que foi “incorreto e inapropriado”.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, colocou dois membros do Batalhão Azov, agrupamento nazista que faz parte das Forças Armadas do país, para discursar ao Parlamento da Grécia, na quinta-feira (7).

Partidos da oposição rechaçaram a presença dos nazistas no Parlamento, chamando o caso de “vergonha histórica”. Governo admite que foi “incorreto e inapropriado”.

Volodymyr Zelensky interrompeu seu discurso aos gregos e anunciou que dois militares iriam falar. “Estes são dois ucranianos de origem grega, um deles está usando uma máscara, ele não pode mostrar o rosto, espero que você entenda”, disse.

Os dois membros do Batalhão Azov pediram assistência da Grécia na guerra contra a Rússia. O primeiro se identificou como Mikhail, disse ter ascendência grega e reconheceu que faz parte do grupo nazista.

“Eu não vou falar das dificuldades que nós temos na defesa, participando da defesa ucraniana através do Batalhão Azov”, disse. O nazista Mikhail pediu à Grécia que ajude mais a Ucrânia na guerra contra a Rússia.

O Batalhão Azov ficou conhecido por perseguir e assassinar a população russófona das regiões de Donetsk, onde fica Mariupol, e Lugansk. Seu brasão é uma cópia do símbolo da 2ª Divisão Panzer Das Reich, organização militar da Alemanha nazista. Mikhail falou que defende Mariupol dos “nazistas russos”.

Em 2014, o Batalhão Azov foi incorporado pelas Forças Armadas da Ucrânia e passou a receber oficialmente financiamento, armas e treinamento do Estado ucraniano.

O segundo membro do Batalhão Azov se identificou apenas como Anastasios e disse que está em Odessa.

O porta-voz do governo grego, Giannis Oikonomou disse que a inclusão, por parte de Zelensky, de dois nazistas no discurso foi “incorreta e inapropriada”.

O acinte foi ainda maior, quando o discursos dos nazistas ucranianos se deu um dia depois do aniversário

Ataque à democracia: YouTube bloqueia canal “Duma TV” do parlamento russo

O canal russo de YouTube “Duma TV”, uma das vias de transmissão da Câmara Baixa do Parlamento da Rússia, foi bloqueado neste sábado (9). Com a decisão, o negócio de propriedade da holding Alphabet, multinacional de serviços online e software dos Estados Unidos, amplia a violação dos direitos da Rússia de acessar os meios de comunicação, exercendo ilegalmente a censura, com base em normas de uma potência estrangeira e hostil ao país.

Frente ao atropelo, o porta-voz da Duma, Vyacheslav Volodin, assinalou que a ação do YouTube é mais uma prova de violações de direitos e liberdade por parte de Washington. “Os EUA querem obter o monopólio da promoção da informação. Não podemos deixar isso acontecer”, sublinhou Volodin.

A censura causou uma reação contundente e imediata das autoridades russas, frente a mais esse ataque à liberdade diante de possibilidade de que o serviço de streaming pode enfrentar restrições.

rio da invasão da Grécia pelas hordas alemãs de Hitler no dia 6 de abril de 1941.

O líder da aliança SYRIZA, que reúne partidos de centro-esquerda, Alexis Tsipras criticou que o Parlamento tenha permitido com que dois neonazistas discursassem.

“Nós nos solidarizamos com o povo ucraniano. Mas os nazistas não podem ter permissão para falar no parlamento”, falou.

Tsipras disse que o “discurso foi uma provocação” e uma “vergonha histórica”.

O ex-ministro das Finanças da Grécia, Yanis Varoufakis, afirmou que Zelensky abusou “do convite do parlamento grego ao partilhar a sua plataforma com membros do Batalhão neonazi Azov”.

DEMOCRATA DA OTAN

Em uma entrevista à Fox News, há uma semana, Volodymyr Zelensky foi questionado sobre as características e a atuação dos grupos nazistas na Ucrânia e respondeu: “eles são o que eles são”.

“Azov era um dos muitos batalhões nacionais. Bem, eles são o que são... Eles estavam defendendo o nosso país”, continuou.

“Todos os componentes desses batalhões voluntários mais tarde foram incorporados às forças armadas ucranianas. Os lutadores do Azov não são mais um grupo autônomo, mas parte do exército ucraniano”.

O trecho da pergunta foi cortado pela Fox News nas publicações feitas na internet. Tanto em seu site quanto em suas redes sociais, é impossível encontrar a resposta de Zelensky admitindo que grupos organizados de nazistas compõem seu exército. O material só pôde ser recuperado porque um internauta publicou a gravação.

O Batalhão Azov não é a única organização nazista e armada na Ucrânia, como bem disse Zelensky na entrevista, pois existem diversas, a exemplo do Batalhão Aidar, braço armado do partido Praviy Sector (Setor Direita).

A Reuters, avalia que esses grupos chegam a representar 40% das Forças Armadas da Ucrânia, tendo cerca de 102 mil militares a eles integrados.

“Pelo que parece, o YouTube assinou seu próprio mandato. Salve o conteúdo, transfira-o para plataformas russas. E apresse-se”, declarou a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Maria Zakharova, no serviço de mensagens Telegram.

A instituição responsável pelas comunicações exigiu que o Google restabelecesse prontamente o acesso ao canal da Duma. “A empresa americana de TI adere a uma posição anti-russa pronunciada na guerra de informação desencadeada pelo Ocidente contra nosso país”, afirmou o Roskomnadzor, órgão russo responsável pela regulamentação das comunicações.

Diante das penalidades, a multinacional estadunidense tergiversou, alegando que “se descobrir que uma conta viola nossos Termos de Serviço, tomamos as medidas apropriadas”. Segundo o Youtube suas equipes supostamente estariam “monitorando de perto a situação em busca de atualizações e alterações”.

Ilido: O petróleo é do povo brasileiro. Ganhos não podem ficar só com os acionistas - (2)

Continuação da edição anterior

O que está em disputa no Brasil é isso. São cerca de 50 bilhões de dólares pelo menos que equivale a 250 bilhões de reais por ano que podem ser usados para investir em educação pública, saúde pública, infraestrutura, reforma urbana, reforma agrária, transição energética para as renováveis, subsidiar e regularizar os preços dentro do mercado interno quando necessário, quando politicamente justificável

ILDO SAUER

Há um conflito geopolítico muito claro no mundo. Os países ricos da OCDE junto com a China querem cada vez mais produção de petróleo ao menor custo, e o preço depende de uma questão geopolítica. Como nós sabemos, na Arábia Saudita o custo do barril direto – custo de capital e trabalho – é cerca de dois dólares, no Pré-sal brasileiro é dez dólares, fora as transferências e os custos indiretos. Aí ele chega a 30 dólares, ou pouco mais. Mas mesmo assim, com o preço de 80 dólares, ou noventa ou setenta, o excedente econômico é enorme. São 40 a 50 bilhões de dólares em disputa por ano neste segmento, que poderia financiar a educação pública, a saúde pública, e ajudar a ter uma política de preços para transferir parte dessa riqueza para a população brasileira.

Isso não foi feito porque o modelo implementado por Fernando Henrique foi mantido até agora. Não foi mudado. Então são todos cúmplices nessa trajetória. E essa disputa internacional, obviamente, está se manifestando aqui no Brasil. Empresas que não tinham acesso a recursos de reservas, porque a nacionalização nos outros países aconteceu a partir de 60, e ela se materializou com o poder da OPEP a partir de 2005/2006, depois do fracasso dos choques de 73/79.

De 2005 para cá, a OPEP que produz cerca de 40%, junto com a Rússia, do que é consumido no mundo, mas nesses 40% estão aqueles recursos que têm necessariamente que ser importados para os demais países que são importadores, exceto Brasil e Canadá, que deviam estar associados à Opep. O que esses países importadores querem? Preços mais baixos. O que os países produtores precisam buscar? Preço equilibrado para abrir mão do petróleo agora – 60, 80 dólares por barril – e gerar excedente. Isto pode ser distribuído para a população, resgatar a dívida social – educação, saúde pública, vimos agora o papel importante do SUS (Sistema Único de Saúde) – e também favorecer os consumidores especialmente dentro daqueles segmentos de produção vinculados à modernização brasileira. Esse projeto político é fácil de ser feito. Ele está em conflito geopolítico, portanto.

EXCEDENTE DE 50 BILHÕES DE DÓLARES ESTÁ EM DISPUTA

O grande prêmio que está em disputa no Brasil. Em 2019, o consumo anual de derivados era 2,4 milhões de barris por dia, caiu quase 5% em 2020 por causa da pandemia. A produção brasileira de petróleo em 2020 era de 3 milhões de barris por dia, o que dá 1,1 bilhão de barris por ano. O excedente econômico médio nos últimos anos direto, dez dólares,



capital e trabalho, desgastes das plataformas, etc. Com 80 dólares o preço ou 70 dólares por barril, vezes 1,1 bilhão de barris por ano, são 77 bilhões de dólares por ano de excedente econômico.

Os custos indiretos, royalties, participações, etc, mais impostos, Cofins, Imposto de Renda, consomem cerca de 20 dólares por barril, o que chegaria no máximo a 20 bilhões de dólares, eu botei 30 bilhões.

O excedente total é no mínimo, por ano, nas condições atuais, de 40 bilhões de dólares. É isso que, na minha opinião, está sendo retirado da riqueza que pertence ao povo brasileiro, que, pela Constituição, é dona do petróleo. Temos a Petrobrás com sua construção histórica capaz de cumprir a tarefa de retirá-lo, na trajetória adequada, para coordenar a produção brasileira de maneira soberana, com os demais produtores vinculados à Opep e à Rússia. Com isso podemos garantir um preço que compense o valor dessa riqueza. Podemos equilibrar o interesse da população geral, dona do petróleo, com o interesse dos consumidores.

Por que isso não foi feito até agora? Não foi por falta de proposta. Foi por falta de estruturação política, de força política, de vontade política, de acordos políticos, porque foi mais fácil, ao longo das últimas décadas, sucumbir às pressões dos interesses de grupos que mantiveram substancialmente a trajetória liberalizante de 95, cujos resultados têm sido dramáticos no setor elétrico e tem sido dramático também no setor de petróleo agora.

Qual foi a orientação da lei que citei a pouco? Até 2002, o preço do petróleo no mercado internacional estava relativamente estável, desde o segundo choque, variava de 14,15 a 20 dólar por barril. A reorganização da OPEP, liderada pelo Chavez e pela Rússia, que entrou como não membro da OPEP, mas coordenado com a OPEP, e a Arábia Saudita, fez com que o preço estratégico fosse esse que citei há pouco. Desde então passamos a ter no Brasil a dificuldade que citei, que nos coube a administrar de 2003 em diante. Como manter a lei, aplicar a lei, dizer que os preços da Petrobrás eram competitivos. Foi a teoria dos mercados contestáveis.

Os preços de 2002 a 2021, os preços internos no Brasil. Na gasolina e no diesel, de 2003 para cá nós mantivemos os preços em patamares, um pouco acima, periodicamente. Era um mercado contestável, se a Petrobrás mantivesse um preço muito acima do mercado internacional, se ela mantivesse



se muito abaixo, os dirigentes seriam acusados de fazer dumping e acusados pelos acionistas, pela CVM e pelo Cade de práticas anticompetitivas, e acusado na SAC de não defender os interesses dos acionistas e serem processados. Esse é o dilema. Foi o grande debate que tivemos lá no começo. Foi até o ano 2012 pelo menos.

Houve aqui um período em que o preço interno era superior ao preço internacional. Em média estava internacionalizado. A coisa muda a partir de 2014, não de 2016 apenas. A primeira vez que nós passamos a ter sistematicamente preços internos acima dos internacionais inclusive. Depois veio, com o Temer, a política do presidente da Petrobrás de então, que já tinha notória experiência em promover racionamento elétrico em 2001/2002, quando ele era chefe do comitê de crise. Ele assumiu a presidência da Petrobrás e começou a praticar oscilações diárias dizendo que isso era uma exigência da lei. Não!

Nós demonstramos antes que havia um outro jeito de fazer e depois poderia ter sido melhorado, se fizesse um fundo de estabilização, para estabilizar mais ainda se usássemos. Semelhante foi a trajetória no diesel. Um pouco abaixo, um pouco acima, em média iguais, e a mudança novamente vem a partir de 2014/2015, quando os preços internos eram superiores aos preços internacionais. E a tragédia disso, a combinação disso com a redução do uso da capacidade de refino no Brasil.

Quem olha de fora acha que houve uma grande conspiração. Não estou dizendo que isso aconteceu, mas houve sim, além de abandonar a política de preço e patamares, com o governo Temer, a Petrobrás passou a ter oscilações diárias que gerou aquela crise com os caminhoneiros, em parte para resolver esse problema passaram a parar de refinar petróleo no Brasil.

A média histórica de uso da capacidade de refino que era semelhante, se nós produzimos cerca de 2,3 milhões de barris por dia, capacidade de refino brasileiro é de 2,3 milhões, não necessariamente temos que refinar tudo aqui, porque têm problemas de ajustes técnicos a serem feitos, tipo de petróleo e de custo. Nós passamos a usar apenas

75% da capacidade. Ficamos com 25% de capacidade ociosa no refino brasileiro. Então parece que houve uma ação concertada de 2014 para cá de mudar a lógica de operação do sistema, que era precária antes, é verdade, devia ter sido diferente, mas mal ou bem atendia às necessidades.

Nota-se que o que havia no Brasil sempre se manteve próximo do internacional porque senão os aviões aqui e lá fora teriam dificuldades, etc. Então esse é o quadro da prática de preços que não está vinculado à direção da Petrobrás, ela é uma implementadora, está vinculada à legislação nacional. Agora estão votando coisas novas.

Sobre a capacidade de refino, a maior parte das refinarias estava sob o controle da Petrobrás. Agora, infelizmente estão cometendo a tragédia de vender as refinarias, sob a mentira de que isso vai reduzir os preços, não vai. Que vai aumentar a competição, não vai. Se a Petrobrás tem uma coordenação nacional, ela tem capacidade de implementar uma política para repartir o benefício econômico entre os grupos que não têm petróleo e não têm nada, os pobres, que precisam de educação e saúde, de uma fração do dinheiro para isso, uma fração para os consumidores.

PRIVATIZAÇÃO DAS REFINARIAS NÃO VAI BAIXAR PREÇOS

Quando privatiza uma refinaria como a da Bahia, o operador privado olha qual o custo contra o qual eu compito aqui? É o petróleo refinado que vem de Pernambuco, que vem do Rio de Janeiro, ou vem de Minas Gerais, ou vem do exterior, pratico esse preço. É o que está acontecendo lá na prática. Quando o discurso do governo atual é de que privatizar o refino é melhorar a competição, não vai, não irá. É uma falácia fazer essas afirmações que, infelizmente, grande parte da mídia brasileira repete a exaustão ajudando a passar a ideia de dismantelar a Petrobrás como se uma empresa pequena que produzisse óleo de interesse dos acionistas apenas.

Eles não a veem com sendo do país. Não é da população brasileira e não é de um projeto de desenvolvimento soberano para usar o setor de energia elétrica, recursos eóli-

cos, recursos hidráulicos, sol, potencial agrícola, potencial mineral no Brasil, usar o petróleo como instrumento de gerar excedente de gerar a expansão da produção, redistribuição da produção e mudar o país. Como foi o que nós sonhamos quando anunciamos o Pré-sal.

Sobre a capacidade de refino. Em 2018, 72%, 73%, 74% da capacidade de refino. 28% de ociosidade no Brasil, exigindo importação de 500 mil barris de derivados combinados com a exportação de 1 milhão de barris por dia. O Brasil exporta 1 milhão de barris por dia, porque produz cerca de 3 milhões, consome pouco menos de 2,5, então exporta 1 milhão de barris e importa 500 mil de derivados. Isso foi feito em grande parte abrindo espaço para operadores.

Eu vou mostrar aqui quando essa história começa. Em 2014, usávamos 96% da capacidade. Isso foi caindo para 84%, 72% em 2017. Os anos anteriores a utilização era acima de 90%.

O que está em disputa no Brasil é o grande prêmio do excedente econômico atual. E a maior tragédia que nós temos é que não sabemos sequer quantos bilhões de barris existem no Pré-sal. Era um investimento relativamente baixo, que podia ter sido feito via governo com a ANP, contratando a Petrobrás para executar isso e definir se nós temos 80 bilhões de barris, 100 bilhões de barris, 150 ou mais, sabendo que a maior reserva do mundo está pouco abaixo de 300 bilhões de barris é na Venezuela, a segunda próxima dela é da Arábia Saudita e outro bloco de países que situa entre 80 e 120 bilhões que é a Rússia, Canadá, Líbia, os países do Oriente Médio, etc. Sequer isso não sabemos. E fazemos lei.

É intolerável que a gente não saiba quanto tem, organizar uma estratégia de produção, pegar uma parte desse recurso que custa 80 dólares, não sabermos o preço, hoje estava em 93, então o que está em disputa no Brasil é isso. São cerca de 50 bilhões de dólares pelo menos que equivale a 250 bilhões de reais por ano que podem ser usados para investir em educação pública, saúde pública, infraestrutura, reforma urbana, reforma agrária, transição energética para as renováveis, subsidiar e regularizar os preços dentro

Foto: Divulgação Petrobrás

do mercado interno quando necessário, quando politicamente justificável.

E agora? O povo brasileiro tomará a construção do futuro em suas mãos se quiser fazê-lo com o setor energético, como foi historicamente nos anos 30 para cá no Brasil e no mundo inteiro? A coordenação dele no interesse público é fundamental. A história do Brasil demonstra, a história do mundo, o fracasso das tentativas recentes de fazer diferente também o demonstram.

E qual o desafio real? Na minha opinião, fora a mudança, a organização da indústria, do modelo regulatório, da repartição econômica dos benefícios do setor energético é a garantia do abastecimento, do instrumento para alavancar a produção no Brasil, para distribuir melhor o produto, para transformar esse país no que ele pode ser, um país de bem estar para todos.

Além do modelo setorial energético, nós precisamos de um novo modelo de organização social e política capaz de fazer com a que a vontade popular se expresse concretamente no poder que é exercido em Brasília e em todos os lugares e que então converta esse anseio em instrumentos reais.

Portanto, a tarefa do Clube de Engenharia, e de todos nós, vai além da engenharia. Está na hora de voltar para a planície, todos nós, andarmos cada um lado a lado com todos os brasileiros para enfrentarmos a tragédia das últimas décadas no setor elétrico e a disputa encarniçada e oculta do povo em relação ao petróleo. Devemos também destacarmos a grande vitória que representou a descoberta do Pré-sal para ser aquilo que nós esperávamos que ele fosse. Temos a tarefa de construir as instituições, os mecanismos para usar esses instrumentos e transformar o país.

Isto está na esfera da sociedade e da política e foi nessas esferas que o Clube de Engenharia deu sua contribuição extraordinária ao longo da história para construir o país, inclusive nos momentos críticos, atuando claramente no campo da política e do interesse coletivo. Então é esta a mensagem com que encerro minha participação aqui. Muito obrigado.